



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

214ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 21 e 22 de agosto de 2013.

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

214ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF.

Data: 21 e 22 de agosto de 2013

1 Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e treze teve início a Ducentésima Décima Quarta
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidenta
3 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria de
4 Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes
5 do CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, MDS; Conselheira Solange Teixeira, MDS;
6 Conselheira Simone Albuquerque, MDS; Conselheiro Idervânio da Silva Costa, MPOG; Conselheira Léa
7 Lúcia Cecílio Braga, SNAS; Conselheiro Fábio Moassab Bruni, SNAS; Conselheira Maria Lúcia Nogueira
8 Marquim; Conselheiro José Ferreira da Cruz, SNAS, Conselheira Maria das Graças Prola; Conselheira
9 Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci, Cáritas Brasileira;
10 Conselheiro Volmir Raimondi, Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira Cláudia
11 Laureth Faquinote, ABEC; Conselheiro Marcílio Ferrari; Conselheira Maria Lúcia Nogueira Marquim,
12 CONGEMAS; Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum
13 Nacional da População de Rua; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, CNTSS;
14 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF;
15 Conselheira Valéria Silva Reis Ribeiro; Conselheira Marilena Ardore; Conselheira Nilsia Lourdes dos
16 Santos Miranda, UNEGRO; Conselheira Aldenora Gomes González, CONAM; Conselheiro José Araujo
17 da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de
18 Educadores de Deficientes Visuais, ABEDDEV; e, Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral.
19 ABERTURA. Iniciando a Ducentésima Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
20 Assistência Social – CNAS, a Presidenta solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum:
21 Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone
22 Aparecida Albuquerque; Conselheiro Idervânio da Silva Costa; Conselheiro José Ferreira da Crus;
23 Conselheira Maria das Graças Prola; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Volmir
24 Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de
25 Faria; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheira Valéria Reis Ribeiro e Conselheira Marilena
26 Ardore. Conselheiros na suplência: Conselheiro Fábio Bruni; Conselheira Maria Lúcia Nogueira
27 Marquim; Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira Marilena Ardore; Conselheira Dóris Margareth
28 de Jesus; Conselheira Nilsia Lurdes dos Santos; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Edivaldo
29 da Silva Ramos; Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. A Presidenta deu as boas vindas à

30 Conselheira Marilena Ardore, da suplência da FENAPAES, e ao Conselheiro Idervânio, MPOG, que
31 passariam a compor o CNAS. A seguir, justificou a ausência da Vice-Presidente Leila Pizzato, por
32 problemas pessoais. Destacou e prestou homenagem ao ex-Conselheiro Celso Pasquini, falecido no
33 dia anterior, reconhecendo o trabalho que havia realizado e solicitando um minuto de silêncio e uma
34 salva de palmas. A Presidenta passou à aprovação da **Pauta**: Dia 20/08/2013 – Comissões Temáticas –
35 Manhã e tarde: 9h às 16h: Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência
36 Social: Apreciação dos Planos de ação das Comissões de Acompanhamento aos CMAS elaborado pelos
37 CEAS e CAS/DF e outros. - Reunião da Comissão de Política da Assistência Social: Apresentação da
38 metodologia dos encontros regionais pactuados com os Estados, para discussão do processo de
39 reconhecimento dos trabalhadores do SUAS de nível fundamental e médio e outros. - Reunião da
40 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Estratégias de divulgação do
41 documento orientador sobre matéria orçamentária e financeira e outros. - Reunião da Comissão de
42 Normas da Assistência Social: Apresentação pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do
43 SUAS – DRSP/MDS das informações trimestrais sobre o processos de certificação de entidades de
44 assistência social, conforme disposto no art. 1º da Resolução CNAS nº 18/2011 e outros. 16h às 18h -
45 Reunião da Presidência Ampliada. Dia 21/08/2013 - Plenária – Manhã: 9h às 09h15: - Aprovação das
46 atas da 1ª Reunião Extraordinária do CNAS de 2013, da 213ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da
47 214ª Reunião Ordinária. 09h15 às 10h30: - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT,
48 FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. 10h30 às 12h: - Apresentação da Nota Técnica 07/2013 –
49 SNAS/SG-PR e Minuta de Portaria que trata sobre órgãos colegiados e Sistema Nacional de
50 Participação Social pela Secretaria Nacional de Articulação Social da SG-PR. Tarde: 14h às 16h - Relato
51 da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social. 16h às 16h30: -
52 Apresentação da Sociedade Civil (segmento dos trabalhadores, entidades e usuários). 16h30 às 18h: -
53 Relato do GT de Monitoramento das Deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social
54 *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. Dia 22/08/2013 – Manhã: 9h às 10h30: - Relato*
55 *da Presidência Ampliada. 10h30 às 12h - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Tarde:*
56 *14h às 15h30: - Relato da Comissão de Política da Assistência Social. 15h30 às 17h: - Relato da*
57 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. 17h às 18h: - Relato da Comissão*
58 *de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. **Item Aprovação das atas da 1ª Reunião***
59 **Extraordinária do CNAS de 2013 e da 213ª Reunião Ordinária do CNAS.** A Presidenta indagou se
60 havia alguma observação. Em não havendo considerou aprovadas as atas em tela. O Conselheiro
61 Thiago absteve-se da votação, esclarecendo que não havia participado dessas reuniões. **Item**
62 **Aprovação da Pauta da 214ª RO do CNAS.** A Presidenta esclareceu aos novos Conselheiros os
63 procedimentos utilizados para a realização das reuniões e a aprovação da pauta pelos Conselheiros,
64 com a Conselheira Aldenora solicitando a supressão do Relato do GT de Monitoramento,
65 considerando que o mesmo já havia sido feito em Porto Alegre e teriam nova reunião na próxima
66 sexta-feira. O Conselheiro José Crus propôs alteração da pauta, com a apresentação da Sociedade
67 Civil de 14h às 14h30, tratando-se da pauta da Comissão Organizadora da Conferência no restante da
68 tarde, com a Presidenta concordando com essa proposta. Indicou que a apresentação da Sociedade
69 Civil seria feita pelas Conselheiras Cláudia, Aldenora e Jane. A seguir, a Presidenta considerou

70 aprovada a Pauta da 214ª RO, com a alteração proposta. A Presidenta indicou a supressão da pauta
71 da inauguração do espaço do CNAS, considerando a ausência da Conselheira Leila. **Item Informes da**
72 **Presidência**, pela Secretária Executiva: *“Informes da Presidência e da Secretaria Executiva. Informes*
73 *gerais. Ausência justificada: A Conselheira Graça Prola na reunião da Comissão Organizadora da IX*
74 *Conferência Nacional de Assistência Social nos dias 12 e 13 de agosto em virtude da sua participação*
75 *na Conferência Municipal de Assistência Social do Rio Branco – Acre; A Conselheira Margarida*
76 *Munguba Cardoso na reunião do GT Monitoramento das Deliberações das conferências de Assistência*
77 *Social a ser realizado no dia 23 de agosto e nesta Reunião Ordinária em virtude de férias nesse*
78 *período; a Conselheira Leila Pizzato na reunião da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional*
79 *de Assistência Social nos dias 12 e 13 de agosto e nesta Reunião Ordinária por motivo de saúde na*
80 *família; a Conselheira Fátima Rampim nessa Reunião Ordinária nos dias 20 e 21 de agosto devido a*
81 *compromissos institucionais; a Conselheira Solange Teixeira nessa Reunião Ordinária no dia 22 de*
82 *agosto, devido a compromissos institucionais; o Conselheiro Carlos Rogério nessa Reunião Ordinária*
83 *devido a compromissos institucionais; a Conselheira Maria do Socorro Tabosa nessa Reunião Ordinária*
84 *devido a compromissos institucionais; a Conselheira Márcia de Carvalho Nunes nessa Reunião*
85 *Ordinária devido a compromissos institucionais. Convocações e participação. Participação do CNAS*
86 *nas conferências Municipais de Assistência Social. A Presidenta Luziele Tapajós representou o CNAS*
87 *nas conferências municipais de Assistência Social de Porto Alegre nos dias 11, 12 e 13 de julho;*
88 *Manaus nos dias 15 a 17 de julho; Belo Horizonte nos dias 26 e 27 de julho; Florianópolis nos dias 29 e*
89 *30 de julho; Londrina nos dias 02 e 03 de agosto; Maceió nos dias 05 e 06 de agosto; e participará da*
90 *Conferência Municipal de Salvador nos dias 28 a 30 de agosto. A Conselheira Margareth Dallaruvera*
91 *representou o CNAS nas conferências Municipais de Assistência Social de Macaé, Rio de Janeiro, nos*
92 *dias 26 a 27 de junho; do Rio de Janeiro capital nos dias 08 a 10 de julho; e de Palmares, Pernambuco,*
93 *no dia 31 de julho; de Teresina, Piauí, nos dias 08 e 09 de agosto e participou da Conferência de*
94 *Florianópolis nos dias 29 e 30 de julho. O Conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari representou o CNAS*
95 *na Conferência Municipal de Assistência Social de Guamaré, Rio Grande do Norte, nos dias 31 de julho*
96 *a 1º de agosto de 2013. A Conselheira Leila Pizzato representou o CNAS nas conferências municipais*
97 *de Assistência Social de Cuiabá nos dias 11 e 12 de julho, Guarulhos nos dias 07 e 09 de agosto, Novo*
98 *Hamburgo, Rio Grande do Sul, no dia 26 de julho. A Conselheira Dóris Margareth representou o CNAS*
99 *nas conferências Municipais de Assistência Social de Recife, Pernambuco, nos dias 23 a 25 de julho, de*
100 *Campina Grande Mato Grosso do Sul nos dias 1º e 02 de agosto, São José, Santa Catarina no dia 05 de*
101 *agosto e Blumenau Santa Catarina no dia 06 de agosto, e participou da Conferência de Curitiba Santa*
102 *Catarina. Desculpa, Paraná, desculpa. A Conselheira Maria das Graças Prola representou o CNAS na*
103 *Conferência Municipal de Assistência Social de Natal, Rio Grande do Norte, nos dias 24 a 26 de julho;*
104 *de Rio Branco, Acre, nos dias 14 e 15 de agosto; de Belém do Pará nos dias 08 e 09 de agosto, e Rio*
105 *Branco, Acre, nos dias 14 e 15 de agosto. A Conselheira Aldenora Gonzáles representou o CNAS nas*
106 *conferências Municipais de Assistência Social de Boa Vista, Roraima nos dias 30 e 31 de julho; de*
107 *Palmas, Tocantins, nos dias 02 e 03 de agosto, e Macapá Amapá nos dias 08 e 09 de agosto. O*
108 *Conselheiro Ademar Bertucci representou o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de*
109 *Fortaleza, Ceará, nos dias 07 e 08 de agosto. A Conselheira Nilsia Santos representou o CNAS na*

110 Conferência Municipal de Assistência Social de São Luiz do Maranhão nos dias 14 e 15 de agosto e
111 participou da Conferência de Belo Horizonte nos dias 26 e 27 de julho. O Conselheiro Edivaldo da Silva
112 Ramos representou o CNAS nas conferências municipais de Assistência Social de Vitória nos dias 15 e
113 16 de julho; de Curitiba nos dias 11 e 12 de julho; Várzea Grande no dia 26 de julho; Campo Grande
114 nos dias 1º e 02 de agosto; de Goiânia nos dias 05 a 07 de agosto; de Bodoquena, Mato Grosso do Sul,
115 no dia 02 de agosto e Porto Velho nos dias 08 e 09 de agosto. O Conselheiro Anderson Miranda
116 representou o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de João Pessoa, Paraíba, nos dias
117 30 a 31 de julho, e 1º de agosto. A Conselheira Marisa Rodrigues participou das Conferências
118 Municipais de Assistência Social de Teófilo Otoni, Minas Gerais, nos dias 25 de julho, Mossoró, Rio
119 Grande do Norte, no dia 14 de agosto, Tobias Barreto nos dias 06 e 07 de agosto. A Conselheira
120 Cláudia Faquinote participou da Conferência Municipal de Assistência Social de Anápolis, Goiás, no dia
121 06 de agosto. Demais participações e convocações: as Conselheiras Laureth Faquinote, Margarida
122 Munguba Cardoso representaram o CNAS no Encontro Nacional Preparatório da III Conferência Global
123 sobre Trabalho Infantil realizado nos dias 08 e 09 de agosto de 2013. Os Conselheiros integrantes da
124 Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social participaram da reunião da
125 Comissão nos dias 12 e 13 de agosto em Brasília. O Conselheiro José Araújo foi convocado para
126 representar o Conselho Nacional de Assistência Social, o CNAS, na 125ª reunião da CIT no dia 05 de
127 setembro de 2013. Os Conselheiros integrantes do Grupo de Trabalho, GT de Monitoramento das
128 Deliberações das conferências Nacionais de Assistência Social foram convocados para a quinta reunião
129 do GT a ser realizada no dia 23 de agosto em Brasília, e-mails enviados aos Conselheiros. Informativos
130 e boletins: informativos SUAS de 12 de julho de 2013; Informativo SUAS do dia 22 de julho de 2013;
131 Boletim Brasil Sem Miséria, 31 de julho de 2013; Informe IX Conferência Nacional número 09,
132 contendo esclarecimentos preliminares sobre as Conferências Estaduais de Assistência Social.
133 Documentos diversos: consulta da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da
134 República sobre a Política Nacional de Participação Social e o Compromisso Nacional pela Participação
135 Social. Ata e gravação da Reunião Extraordinária do CNAS realizada no dia 15 de julho de 2013.
136 Informação sobre a Comunidade do Marco regulatório das organizações da sociedade civil, MROSC,
137 no participatório, Observatório participativo da juventude, onde serão lançadas informações,
138 novidades e debates sobre a agenda do MROSC. Convite: Participe da Plataforma de debates da III
139 Conferência Global sobre o trabalho infantil. Pauta da 214ª Reunião Ordinária do CNAS. Informes
140 sobre o concurso de artigos jurídicos, direito à Assistência Social. Nota de falecimento do ex-
141 Conselheiro do CNAS Antônio Celso Pasquini. Nota de falecimento do Sr. Francisco Gonelli, pai da
142 Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta, Sra. Valéria Gonelli. Resoluções e Portarias:
143 Resolução CNAS número 20, de 25 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial de 30 de julho de
144 2013, seção I, que aprovada o relatório da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de
145 Assistência Social, primeiro semestre de 2013, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo
146 Nacional de Assistência Social. Portaria MDS número 74, de 29 de julho de 2013, publicada no Diário
147 Oficial da União de 1º de agosto de 2013, seção II, página 51, que designa Marilena Ardore como
148 membro do Conselho Nacional de Assistência Social na qualidade de 3º Suplente da Sociedade civil,
149 representando o seguimento de entidades e organizações de Assistência Social em decorrência de

150 *vacância na terceira suplência. Lei número 12.852, de 05 de agosto de 2013, publicada no Diário*
151 *Oficial da União de 06 de agosto de 2013, seção I, página 01, que institui o Estatuto da Juventude,*
152 *dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o*
153 *Sistema Nacional de Juventude, SINAJUV. Portaria MDS número 83, de 19 de agosto de 2013,*
154 *publicada no Diário Oficial de 20 de agosto de 2013, seção II, página 51, que designa Idervânio da*
155 *Silva Costa para compor o Conselho Nacional de Assistência Social na qualidade de membro titular do*
156 *governo, representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em substituição ao*
157 *Conselheiro José Geraldo França Diniz. Comunicados, outros comunicados: O colegiado do Conselho*
158 *Municipal de Assistência Social de Boa Vista enviou agradecimento pela presença da Conselheira*
159 *Aldenora Gonzáles na IX Conferência Municipal de Assistência Social de Boa Vista, realizada nos dias*
160 *30 e 31 de julho de 2013 em Boa Vista, Roraima. O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal*
161 *informa a composição de sua nova Presidência, sendo Presidente Conselheira Edjane Rosa Araújo,*
162 *representante da sociedade civil do seguimento de usuários e organizações de usuários, Vice-*
163 *Presidenta do CAS/DF Conselheira Marlene de Fátima Azevedo Silva. Atualizações no site inserido em*
164 *notícia: Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, oficina 03, gestão do trabalho; Reunião*
165 *Descentralizada e Ampliada do CNAS, oficina 02, da gestão do SUAS. CGU lança concurso de boas*
166 *práticas de controle de transparência; Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, oficina 01,*
167 *cofinanciamento da Assistência Social; Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS no Rio Grande*
168 *do Sul. A importância da fase pré-Conferência para o sucesso das conferências e consequência*
169 *fortalecimento do SUAS em cada âmbito. CNAS aprovada proposta orçamentária da Assistência Social*
170 *para 2014. CNAS aprovada prioridades e metas para a gestão municipal, quadriênio 2014-2017.*
171 *Informes sobre a Reunião Descentralizada em Porto Alegre, a regulamentação dos benefícios*
172 *eventuais e a execução do serviço de proteção em situação de calamidades públicas e de emergências*
173 *no âmbito do SUAS. Informes sobre a Reunião Descentralizada em Porto Alegre. Aniversariantes do*
174 *mês de agosto: Carlos Rogério Nunes, no dia 03; Simone Albuquerque no dia 07; Conselheira*
175 *Margareth Dallaruvera no dia 10; Conselheira Maria do Socorro Tabosa no dia 14; Conselheira Marisa*
176 *Rodrigues no dia 25.” A Conselheira informou que não havia participado da Conferência de Teófilo*
177 *Otoni, mas sim nas de Tobias Barretos, Sergipe, e Mossoró Rio Grande do Norte. Item Informes da*
178 *CIT. O Conselheiro José Araújo informou que a reunião da CIT havia sido postergada, sendo no dia 5*
179 *de setembro, consequentemente não havendo informe para essa oportunidade. Item relato do*
180 *CONGEMAS. A Conselheira Marisa informou que a Diretoria do CONGEMAS realizava trimestralmente*
181 *as reuniões com todos Presidentes dos COEGEMAS, o que aconteceria na próxima semana em*
182 *Brasília, iniciando o segundo semestre de 2013 e cuja pauta principal era discutir amplamente como*
183 *sinalizariam o tema para os encontros regionais e o Encontro Nacional. Item Informes do FONSEAS. A*
184 *Conselheira Graça Prola informou que o Fórum faria reunião no dia 4 de setembro, com a presença da*
185 *Ministra, Sra. Tereza Campello. Que um dos temas de pauta de maior importância seria o Pacto de*
186 *Aprimoramento Gestão e sua revisão; a atenção dos estados para a realização das Conferências*
187 *Estaduais; que no dia 5 de setembro aconteceria a reunião da CIT, com a presença do FONSEAS; e, na*
188 *segunda quinzena de setembro, o FONSEAS faria o lançamento da revista impressa com os assuntos*
189 *mais atuais tratados pelo Fórum. A Presidenta solicitou que essa revista fosse disponibilizada para*

190 todos os Conselheiros, com a concordância da Conselheira Graça. **Item Informes do MDS**, pela
191 Secretária da SNAS, Sra. Denise Colin: *“Bom dia a todos e a todas. Eu já tive o prazer de cumprimentar*
192 *alguns, os demais com certeza foram chegando e se acomodando, nós vamos falar na sequência. É*
193 *sempre um prazer, mais uma vez obrigada, Luziele, é sempre um prazer e sempre que possível nós nos*
194 *organizamos, agendamos para fazer os informes do MDS, porque não representa um simples repasse*
195 *de notícias. Ocorre que por este ser um Conselho deliberativo da política pública de Assistência Social,*
196 *é fundamental que a observação, que os indicativos, que as sugestões, que as propostas de revisão e*
197 *de alteração de todos os Conselheiros sejam por nós debatidas, acatadas e incorporadas na gestão*
198 *dessa política pública. Então quando eu não estou em Brasília para participar com vocês, sempre um*
199 *dos Diretores, preferencialmente Conselheiros, que depois desdobram essas discussões internamente,*
200 *e está, mas é possível e nós estamos organizando uma bela é porque não teve adesivagem ainda e o*
201 *teto não ficou tudo pronto, não é Luziele, a ideia era fazer a inauguração do espaço com a oferta*
202 *mesmo de todos os segmentos da sociedade, e porque a Vice-Presidente já foi justificava a sua*
203 *ausência, e não poderíamos fazer sem a presença dela de maneira nenhuma. Então nós vamos ter um*
204 *esforço enorme de estar concluindo isso até o final do mês que vem para ver se setembro, venham*
205 *com as flores e a primavera, um outro Conselho aí. Eu teria os informes das reuniões, mas as*
206 *representantes de CONGEMAS e FONSEAS já o fizeram, que também tem uma discussão do Ministério*
207 *junto com essas estruturas, e, portanto, a gente vai começar, então, a passar alguma relação de*
208 *encontros que ocorreram e que vão acontecer, e que muitos o Conselho teve representação, e outros*
209 *vai ter a oportunidade de fazê-lo. O primeiro deles é na semana que vem, de quarta a sexta-feira que*
210 *vem a realização já do nosso tradicional Encontro Nacional de Monitoramento do Sistema Único de*
211 *Assistência Social. É nesse espaço sempre é repassado a análise dos dados do preenchimento dos*
212 *Censo SUAS, então para fazermos um balanço da evolução que tivemos em cada uma das proteções e*
213 *em cada uma das estruturas, dos equipamentos em relação à análise de pessoal, a financiamento, à*
214 *organização e funcionamento dos Conselhos, dos respectivos serviços, e, além disso, nós sempre*
215 *fazemos também oficinas para detalhamento com estados e municípios, o Conselho também estará*
216 *presente, dos nossos sistemas de informação, dos reordenamentos dos serviços, dos apontamentos*
217 *para aprimoramento dos dados e para a construção ou trato, e leitura dos indicadores, inclusive, com*
218 *oficinas para a elaboração dos respectivos planos. E fizemos, já foi mencionado com os municípios*
219 *para a elaboração do Plano Plurianual com uma edição de cartilha do Fundo Nacional, e a Conselheira*
220 *Graça já mencionou que vamos fazer essa reunião similar com os estados na primeira semana de*
221 *setembro. Então essa oficina, esse encontro, ele terá a abertura na quarta-feira à tarde, no dia 28; no*
222 *dia 29 várias sessões plenárias, tem uma mesa própria para falar de gestão e Conselhos, a Diretoria*
223 *do Conselho estará participando; depois tem mesas simultâneas sobre cada uma das proteções; e*
224 *oficinas sobre vários sistemas de informação, reordenamento de serviços, intercâmbio de experiências*
225 *de vigilância, integração de serviços e benefícios. Então nós convidamos, temos o prazer de convidar*
226 *também a participação de vocês para esse evento, lembrando que já no mês de outubro os municípios*
227 *começam novamente a preencher seus censos, então isso é cíclico, preenche até o final do ano, nós*
228 *fazemos a leitura e análise da base de dados até o mês de junho, e depois, como julho é férias,*
229 *teríamos poucos participantes, sempre no mês de agosto nós fazemos essa exposição fazemos, a*

230 *depuração com o coletivo, apresentamos as propostas de alteração de necessidade ainda do Censo, e*
231 *no mês de outubro começamos a preencher novamente. E essas informações são sempre continuadas,*
232 *porque elas é que balizam os critérios de partilha, elas é se balizam o repasse do IDG, do Índice de*
233 *Gestão Descentralizada, representando a capacidade de gestão de estados e municípios. Com certeza*
234 *vocês já decidiram quem vai para essa mesa, ou vão decidir. Também ocorreu ainda esse mês uma*
235 *reunião com todos os estados para o trato da inclusão no Cadastro Único, então com todos os estados*
236 *que fazem a gestão do programa Bolsa Família e do Cadastro Único para a inclusão de grupos*
237 *populacionais, tradicionais e específicos, comunidades quilombolas, indígenas, população de rua,*
238 *acampados, assentados, ribeirinhos, extrativistas e trabalho infantil, para que a gente possa agora já*
239 *também com informações detalhadas deste público por município, dos diversos censos, inclusive, do*
240 *Censo IBGE, nós estamos fazendo sempre um conjunto de reuniões para estar balizando e*
241 *monitorando. Também houve outra reunião para o acompanhamento das famílias que estão em fase*
242 *de suspensão do benefício, então orientação às capitais e aos estados para reproduzir isso nos seus*
243 *territórios de abrangência de como faríamos essa demarcação e de quais a intervenção que a política*
244 *de assistência tem que fazer, propiciando que essas famílias possam permanecer recebendo e tenham*
245 *um acompanhamento familiar sistemático. Nesse sentido, nós queríamos também prestar um*
246 *esclarecimento, depois eu pediria aqui à Conselheira Solange da SENARC, se concordar, pudesse*
247 *também informar todo procedimento para o recadastramento, porque nós estamos novamente sendo*
248 *surpreendidos pela mídia que está informando muita confusão e muita agitação de famílias*
249 *preocupadas em perder o benefício, em ter esse cancelamento. Então pediria licença, Conselheira*
250 *Luziele, e se a Solange também concordar, que a gente possa explicar em detalhes o que é que está*
251 *acontecendo, as medidas todas que foram tomadas, que não justifica o tumulto, portanto, a gente*
252 *precisa ser esclarecido suficientemente para poder tranquilizar também os nossos pares. E também,*
253 *no mesmo sentido, para aprofundá-la a atribuição da assistência na execução da sua função de*
254 *proteção social, nós começamos a desencadear um conjunto de rodas de conversas, que nós estamos*
255 *chamando, com várias representações para a volta ao trabalho social com famílias. Então com a*
256 *academia de diferentes regiões do país, que possam estar pensando conosco como que essa atuação*
257 *está sendo desenvolvida nos equipamentos CRAS e CREAS através dos nossos serviços PAIF e PAEFI e o*
258 *que a gente precisa aprimorar, e o que precisamos construir de conteúdo programático no âmbito das*
259 *universidades e o que precisamos trazer para o nosso, para a nossa Política de Educação Permanente,*
260 *para o nosso Plano de Capacitação, o CAPACITASUAS, e o que precisa sair de publicação que vá*
261 *aprimorando essa intervenção. Também houve acho que há quinze dias atrás o Encontro Nacional*
262 *Preparatório para a III Conferência Global de Trabalho Infantil, nós fizemos reunião regional nas cinco*
263 *regiões do país e depois culminou com indicativo dos delegados para um Encontro Nacional, para*
264 *firmarmos quais são as propostas do Estado Brasileiro, e aí Estado entendendo governo e sociedade, o*
265 *Estado ampliado, para esta conferência Global, sempre nessa perspectiva fazer o monitoramento do*
266 *MEP, de um documento que saiu de indicativo para a eliminação das piores formas em todo o mundo*
267 *até 2016 e da totalidade do trabalho infantil até 2020, nós fizemos então uma agenda Brasil para*
268 *aquilo que é próprio, nosso, da nossa realidade, da nossa legislação, da nossa cultura. Essa agenda vai*
269 *ser encaminhada para a CONAETI, que a Comissão Nacional, que tem representação de trabalhadores,*

270 empregadores, entidades, sociedade civil organizada e governos, para discutir o desdobramento dessa
271 agenda, e depois um documento, uma carta que saiu de propostas para a conferência global da
272 delegação brasileira. Também tivemos uma carta muito interessante, muito profunda, porque tivemos
273 representação de adolescentes, um adolescente de cada Estado. Depois vocês participaram, quem
274 esteve lá pode também contribuir e trazer um pouco mais da vivacidade do movimento que foi esse
275 encontro. Mas a dinâmica com os adolescentes foi muito interessante eles produziram vídeos, jornal,
276 informações para a rádio e fizeram essa divulgação, fizeram as entrevistas, as análises e produziram
277 uma carta muito densa, com muita qualidade que vai ser incorporada. Lembrando que nós temos um
278 site, uma plataforma que está no ar até outubro e que qualquer indivíduo, depois a gente, Fábio
279 depois pega para a gente depois o acesso faz favor, qualquer indivíduo, qualquer um instituição pode
280 falar em nome da organização, pode falar em nome pessoal, pode entrar, analisar as propostas, dar
281 seu conjunto de contribuições, sugerir experiências exitosas, fazer questionamentos, está
282 absolutamente disponível, não só aqui no Brasil, para o mundo inteiro, com tradução em várias
283 línguas, nós temos gente que está fazendo o monitoramento e o assessoramento técnico dessas
284 plataformas, que participa das salas de discussão. Então na medida do possível seria de fundamental
285 importância a participação dos Conselheiros e das suas respectivas entidades. Nós também trouxemos
286 um informativo do balanço dos aceites de expansões e de reordenamento de serviços e programas
287 socioassistenciais que estariam no ar com prazo para esse mês; do Plano Viver Sem Limite, as
288 residências inclusivas. Nós tivemos a solicitação de 327 municípios e de 182 Estados, vocês lembram
289 que tem a participação de cofinanciamento e de orientação técnica dos estados também nesse
290 serviço; 42 estados então vão fazer esta oferta, 17 estados, me desculpe, e 147 municípios. Então nós
291 temos ao total 164 unidades de residências inclusivas já pactuadas e aceitas numa meta para até o
292 final de 2014 de 200, então nós acreditamos que nós vamos atingir essa meta, não só do aceite, mas
293 da efetiva implantação e do adequado funcionamento. Dos Centros-Dias nós temos as 27 unidades da
294 federação, os 26 estados e o DF já com aceites em processo tem implantação. A partir do mês de
295 outubro nós temos uma agenda grande de início dos trabalhos por todos os estados, esse Centro-Dia é
296 de novo aquele serviço em gestão, em cogestão com a política de saúde, é uma experiência para ver
297 como é que funciona em cada um dos estados, e isso é feito na capital, tem que ter um conjunto da
298 rede das duas políticas de retaguarda, e a ideia é nós reproduzirmos, depois de uma boa avaliação de
299 como ele pode funcionar, reproduzirmos para outros entes federativos. Em relação ao trabalho
300 infantil, nas fizemos toda a discussão do reordenamento aqui com vocês e temos um resultado de que
301 dos 298 municípios para este ano 288, então em torno tem 96,6% fizeram o aceite e nós vamos deixar
302 aqui o quadro por unidades da federação, senão cansa muito ler, mas o quadro é por unidade da
303 federação. Lembrando só que cinco municípios não fizeram, 2 do Estado do Espírito Santo; um de
304 Goiás; 1 do Rio Grande do Sul; e um de Santa Catarina. Haverá a oportunidade no próximo ano de
305 retomarmos a discussão com esses municípios, então era importante também, na medida do possível,
306 que vocês, se tiverem contato nesses espaços, pudessem fazer uma mobilização dos respectivos
307 Conselhos municipais para entender a recusa primeira desses municípios em relação ao tema. E alguns
308 outros municípios, outros cinco não acessaram o sistema, mas foram esgotadas aí todas as
309 possibilidades de contato para isso: 1 de Goiás; um do Mato Grosso; dois do Rio Grande do Sul; e um

310 de São Paulo. E nós entramos em contato várias vezes para que eles mobilizassem, mas isso acabou
311 não acontecendo. Todos os estados aceitaram e só não chegou para nós ainda o termo do Estado de
312 Santa Catarina, mas que informa que o fez, então nós estamos aguardando, qualquer coisa a gente
313 volta a conversar aqui nesse Conselho também. Em relação aos serviços para a população de rua, nós
314 tivemos a oferta de 249 Centros POP, os centros para a população de rua; 127 municípios fizeram o
315 aceite; 547 equipes de abordagem serão também destinadas para 409 municípios; nós tivemos a
316 ampliação de mais 7.400 vagas para o serviço de acolhimento em 3000... Não, 3.900 municípios não
317 pode ser, não, já vejo aqui o número de municípios, gente, isso aqui não está batendo; e de 84
318 municípios com ampliação do PAEFI e CREAS. Então nós estamos atingindo, atingimos, não é Fábio,
319 todos os municípios acima de 20.000? De CREAS atingimos então com esses últimos aceites todos os
320 municípios acima de 20.000 habitantes, conforme está previsto, estava previsto na Norma
321 Operacional Básica. Agora a gente começa a fazer uma sucessão de conversas com estados e
322 municípios para menores desta população, como é que nós organizamos o serviço de forma
323 regionalizada e como é que a gente atende essa demanda. Aqui oh, quantidade de municípios com
324 vagas para a população de rua: 126 municípios; 3.900 vagas aceitas, das 7.400 ofertadas. Então essa
325 é uma discussão é importante, porque nós tivemos aceitado de 50% só das ofertas, e acho que vale a
326 pena uma discussão ampliada aqui com o movimento, como é que nós vamos retomar essa discussão
327 com esses estados e esses municípios, há possibilidade de reofertarmos? E isso para a gente é
328 fundamental. Então pediria a ajuda do Conselho e do movimento para as nossas mobilizações junto
329 com os nossos entes representantes aí de CONGEMAS, FONSEAS e todas as entidades. Alguém se
330 lembra de algo mais? Acho que a Solange vai fazer os esclarecimentos e acho que uma coisa que não
331 está aqui, mas que o José também depois pode explicar, nós estamos, também tivemos a primeira
332 aula inaugural do CAPACITASUAS, estamos fazendo uma série de alinhamentos do conteúdo com um
333 conjunto dos estados e cada uma das universidades que foram contratadas, e temos um cronograma
334 dessas inaugurações que a gente passa também aqui na medida do possível, se vocês tiverem lá pelos
335 respectivos estados, de poderem acompanhar. E faremos na segunda-feira, não é José, dia 26 e 27 a
336 1ª Reunião Regional, depois aconteceram em todas as regiões do país, para a discussão do trabalho,
337 dos trabalhadores de ensino médio e qual seria isso. Ah, já temos aqui as datas, obrigada José, de qual
338 seria então a atuação e as atribuições, as competências necessárias para que profissionais de nível
339 médio sejam reconhecidos como trabalhadores do SUAS, da mesma forma que fizemos com
340 trabalhadores de nível superior, esse já era um compromisso assumido aqui neste Conselho. Então
341 dias 26 e 27 da região Sul, em Curitiba; dias 24 e 25 de setembro na região Sudeste, em Vitória; dia 29
342 e 30 de outubro da região Norte, em Palmas; dias 6 e 7 de novembro da região Nordeste, em
343 Salvador; dias 26 e 27 de novembro da região Centro-Oeste em Campo Grande. Então eu agradeceria
344 e me coloco à disposição, depois da fala da Solange, e nos comprometendo que o mês que vem e a
345 gente também tem uma série de outras informações para estar discutindo os encaminhamentos com
346 vocês”. Continuando, a Conselheira Solange falou sobre o Cadastro Único para programas sociais,
347 indicando o Decreto que o rege e sua atualização a cada dois anos dos dados dos beneficiários.
348 Informou que o MDS disponibilizava no Sistema toda a listagem desses cadastros com prazo vencido
349 para serem feitas as atualizações cadastrais, relatando os outros programas que o Cadastro atendia,

350 ademais do Bolsa Família. Reiterou a revisão desse Cadastro, atualizando os dados das famílias
351 beneficiárias do Bolsa Família, indicando, também, aquelas informações que precisavam constar, não
352 havendo nada de diferente dos demais anos. Relatou como os beneficiários eram avisados da
353 necessidade dessa atualização, sendo que em setembro enviariam carta para os mesmos, tendo o
354 benefício bloqueado a partir de janeiro, se isso não fosse feito. Colocou-se à disposição para os
355 esclarecimentos que fossem necessários, tendo material para divulgação, evitando qualquer tumulto
356 com relação a essa questão. Lembrou que dia 27 era o último dia de inscrição do prêmio Boas Práticas
357 de Gestão Rosani Cunha - 10 anos Bolsa Família, convocando os municípios e os estados para escrever
358 suas práticas, com os prêmios sendo conferidos na Conferência Nacional de Assistência Social,
359 possivelmente no dia 17 de dezembro. A Secretária Denise Colin agradeceu a participação dos novos
360 Conselheiros, relatando sua experiência profissional. O Conselheiro Anderson solicitou a senha para
361 acessar os informes sobre o programa Bolsa Família, com a Presidenta informando ser no SUAS Web.
362 Prosseguindo, o Conselheiro Anderson destacou a importância dos informes trazidos pela Secretária
363 Denise, discorrendo sobre a população de rua e os importantes serviços do POP Rua. Informou que
364 nesse dia aconteceria uma audiência na Câmara Municipal de Santos, às 14h, com a gestão da cidade
365 propondo a expulsão daqueles em situação de rua. Que pela primeira vez o Estado de São Paulo havia
366 criado o Centro POP em Santos e estava pedindo o apoio do movimento, da Comissão de Direitos
367 Humanos para evitar essa ação. A Conselheira Denise, dirigindo-se ao Conselheiro Fábio, propôs que
368 levantassem os serviços para a população de rua existente em Santos e repassasse até a hora do
369 almoço, municiando de informações o pessoal que estaria indo para audiência. A Presidenta indicou a
370 presença do ex-Conselheiro Daniel Pitangueiras Avelino, que traria o debate sobre o Sistema Nacional
371 de Participação Nacional. A Conselheira Margareth indagou da Secretária Denise Colin sobre o
372 péssimo fato ocorrido em relação ao Programa Bolsa Família. Questionou que havia muita denúncia,
373 não apenas sobre o bloqueio, mas também sobre muitas pessoas beneficiárias do Bolsa Família e que
374 não precisavam mais do benefício, mas não saíam dessa situação, dando a vez para aqueles que
375 realmente necessitavam e o que estava sendo feito para resolver essa situação. A Conselheira Dóris
376 indagou se havia alguma encaminhada sobre a Casa Mulher Viver Sem Violência, que é a Casa da
377 Mulher que teria uma interface com a Assistência e como seria esse processo, haja vista que as
378 capitais estavam assinando o compromisso. O Conselheiro José Araújo informou que o Conselho
379 Municipal de Assistência Social de Curitiba havia recebido uma solicitação de aprovação de um termo
380 de aceite de uma expansão para a população em situação de rua. Indicou que recém haviam
381 terminado a reunião que era mensal e como o prazo dado pelo MDS era curto, solicitando que fosse
382 dado um tempo maior. A Secretária Denise, respondendo à Conselheira Margareth sobre que ações o
383 MDS adotava para legitimar o cadastramento e concessão do Programa Bolsa Família e quando
384 identificava casos que não eram adequados, esclarecendo que a rescisão da concessão era feita a cada
385 dois anos, mas como estava em situação de vulnerabilidade, nesse ínterim poderia ter um acesso a
386 alguma atividade remunerada para além do corte estabelecido como critério de concessão.
387 Esclareceu que a outra situação era o erro de cadastramento ou de concessão, discorrendo sobre o
388 cruzamento de várias bases de dados, sendo que apontando erro, o município era notificado e teria
389 que responder. Indicou que a outra medida era da revisão sistemática, com os beneficiários tendo

390 que comprovar seus dados. Continuando, a Conselheira Solange observou que o Programa Bolsa
391 Família vinha passando por processo de amadurecimento ao longo desses dez anos, percorrendo
392 sobre a impossibilidade de evitar a fraude. Observou que a família beneficiária poderia deixar de
393 precisar do benefício, mas que poderia voltar a recebê-lo, considerando o restrito mercado de
394 trabalho existente e a realização de trabalhos sazonais, existindo vários mecanismos que ajudavam as
395 famílias. Esclareceu do que se tratava o retorno garantido criado recentemente, com a família
396 entregando cartão voluntariamente, mas podendo voltar a qualquer momento, considerando a sua
397 condição. A Presidenta sugeriu que na pauta do mês de setembro colocassem a discussão do eixo
398 gestão de benefícios. A Conselheira Solange informou que nessa oportunidade trariam algumas
399 amostras das bases de dados. A Secretária Denise esclareceu que a respeito da Casa da Mulher
400 Brasileira poderiam fazer uma discussão mais ampliada, mas que era um conjunto de serviços das
401 diversas políticas públicas, observando que a orientação era que os diversos serviços fossem
402 oferecidos no mesmo espaço, com o CREAS atendendo na sua área. Dirigindo-se ao Conselheiro José
403 Araújo sobre o prazo, esclareceu a demora para a pactuação, solicitando ao Conselheiro Fábio
404 maiores esclarecimentos sobre as datas. A Presidenta sugeriu que os informes dos Conselheiros
405 iniciassem às 14h. O Conselheiro Anderson indicou que gostaria de fazer um informe sobre a
406 mudança da reunião no final de dezembro, sendo que agosto marcava os nove anos de massacre da
407 população de rua, com a autorização do Pleno para esse informe. Prosseguindo, o Conselheiro
408 Anderson falou sobre as pessoas em situação de rua que haviam falecido pelo frio, indicando o apoio
409 recebido pelo Exército na cidade de São Paulo. Falou sobre o massacre ocorrido em agosto,
410 lembrando alguns casos ocorridos e os atos realizados para lembrar essa data. Solicitou o apoio do
411 CNAS para que o dia 19 fosse proclamado como o Dia de Luta Nacional da População de Rua, data que
412 já era comemorada em São Paulo. Observou as mudanças que ocorriam nesse segmento, não sendo
413 apenas homens, mas também mulheres e crianças. Relatou a reunião ocorrida com a Ministra Maria
414 do Rosário no dia anterior, informando a realização do Fórum Mundial de Direitos Humanos em
415 dezembro, solicitando a participação do CNAS e a importância do III Encontro Nacional de Políticas
416 Públicas para a População em Situação de Rua, organizados pelo MDS. A Secretária Denise Colin
417 destacou os procedimentos com relação a datas e participações, com a Presidenta indicando que
418 poderiam aprofundar o tema e fazer os devidos encaminhamentos. **Item Apresentação da Nota**
419 **Técnica 07/2013 – SNAS/SG-PR e Minuta de Portaria que trata sobre órgãos colegiados e Sistema**
420 **Nacional de Participação Social pela Secretaria Nacional de Articulação Social da SG-PR.** O Sr. Daniel
421 passou a falar sobre a Política Nacional de Participação Social, e o Compromisso Nacional pela
422 participação social, ademais da proposta de portaria, destacando o interesse que a Secretaria-Geral
423 da Presidência da República na atuação do CNAS, importante espaço de discussão e debate. Informou
424 a realização do IV Fórum Interconselhos no dia 2 de setembro, reunindo os 38 Conselhos Nacionais,
425 convidando a todos para participarem do mesmo, relatando os temas a serem tratados. Destacou a
426 apresentação ao CNAS da Nota Técnica nº 7, elaborada pela Secretaria-Geral da Presidência, com
427 recomendações sobre o conceito de órgãos colegiados de participação social, seu aperfeiçoamento e
428 articulação com outros espaços de participação, discorrendo sobre seu teor e a necessidade de
429 normatizar os elementos da participação social. Informou o portal no qual funcionaria o Portal da

430 Participação Social: [psocial.sg.gov.br.](http://psocial.sg.gov.br), disponível para consultas públicas até o dia 6 de setembro, para
431 recebimento das contribuições da sociedade, esclarecendo como isso poderia ser feito. Discorreu
432 sobre o documento, apresentado em tela, que estabelecia as diretrizes para funcionamento desses
433 órgãos e os princípios gerais da participação social para serem obedecidos no governo federal.
434 Informou a pretensão de que o Decreto fosse assinado pela Presidenta da República até o final do ano
435 em uma solenidade, mas querendo conhecer a opinião dos Conselhos antes de apresentar esse
436 documento para análise da Presidência, solicitando ao CNAS esse apoio, com prazo final em 6 de
437 setembro, após o que sistematizariam o documento para apreciação da Presidência. Esclareceu que
438 eram dois documentos, sendo um complementar ao outro, e qual o instrumento adequado a ser
439 utilizado, esclarecendo o que esse segundo documento, o Compromisso Nacional, trazia. Concluindo,
440 o Sr. Daniel destacou que a Secretaria-Geral da Presidência estava à disposição para colaborar e
441 ajudar nesse processo. A Presidenta manifestou a participação e o interesse do CNAS nesse debate,
442 com os dois documentos, indicando que os mesmos haviam sido encaminhados aos Conselheiros, por
443 e-mail no dia 2 de agosto. A Conselheira Dóris informou estar inscrita nesse portal desde o dia 7 de
444 agosto, tendo participado da questão do SICONV, destacando a sua importância para as entidades da
445 Sociedade Civil. Indicou que sua entidade ainda não havia se manifestado, tendo encaminhado alguns
446 documentos para sua análise do assunto, destacando a importância desse processo. O Conselheiro
447 Anderson parabenizou o Sr. Daniel pela condução do fórum, da Lei de Diretrizes Orçamentárias,
448 ressaltando a importância desse material. Falou sobre a importância de fortalecer a Sociedade Civil,
449 ademais de estados e municípios, observando que as políticas precisavam de orçamento para ser
450 efetivadas. A Conselheira Aldenora também parabenizou a apresentação, destacando vir de encontro
451 ao desejo dos movimentos sociais, esclarecendo sua participação no Conselho das cidades e a
452 importância de consolidação desses espaços. Informou que a Nota técnica havia sido encaminhada
453 em junho para discussão entre a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e a Comissão de
454 Políticas, tendo sido enviada para apreciação do Pleno. Que essa Nota ajudaria na elaboração de um
455 documento pela Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, com orientações para o processo de
456 escolha dos representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de assistência. O Conselheiro José da
457 Cruz parabenizou pela apresentação, convidando para a Conferência nos dias 16 a 19 de dezembro,
458 oportunidade em que a Presidenta poderia assinar esse documento. O Conselheiro Volmir indagou ao
459 Sr. Daniel se considerava que o Decreto resolveria problemas, citando o Acórdão da interferência
460 externa na liberdade de atuação do CNAS, arrazoando sobre essa questão. Indagou se encontrava se
461 esse Decreto também abriria Conselhos como o de Educação, onde a participação da Sociedade Civil
462 era inexistente, ademais de outras questões que deixava para discussão. O Conselheiro José Araújo
463 agradeceu pela iniciativa de normatizar a participação da Sociedade Civil nas questões do Executivo, o
464 que mostrava avanço nesse processo. Concordou com a proposta do Conselheiro José da Cruz,
465 considerando que dia 19 de dezembro era uma data especial, comemorando-se a emancipação
466 política do Estado do Paraná. Com relação à documentação, observou que cada Conselho já tinha uma
467 normativa própria, questionando como se respeitaria as particularidades de cada Conselho. A
468 Presidenta louvou o posicionamento da Sociedade Civil, concordando com os Conselheiros José
469 Araújo e Volmir com relação à existência do CNAS como Conselho, o qual não fazia diferença entre

470 Conselheiros titulares e suplentes, presentes em todas as reuniões, falando sobre o Acórdão que o
471 CNAS havia se manifestado contra, discorrendo sobre os temas que estavam sendo tratados nesse
472 espaço e o respeito à decisão do Pleno. Concordou com a indicação da conferência Nacional para o
473 debate dessa situação, levantando algumas situações que faziam parte das preocupações existentes.
474 Destacou o trabalho realizado pelo CNAS para sua melhoria e do SUAS, permitindo o funcionamento
475 do controle social. Falou sobre as metodologias usadas para as Conferências Municipais e Estaduais,
476 discorrendo sobre as ações realizadas e a existência do GT de Monitoramento das deliberações das
477 Conferências Nacionais. O Conselheiro Ademar indicou que no dia anterior, durante a reunião da
478 Comissão de Financiamento, haviam ficado de solicitar ajuda sobre os mecanismos utilizados para o
479 controle de orçamento, ademais de manifestar satisfação sobre trazer esse debate para a
480 Conferência. Indagou se o Sr. Daniel poderia falar sobre os resultados da experiência das propostas
481 feitas esse ano, indicando as dificuldades observadas em alguns dos itens, indagando como estava
482 essa proposta da participação social. O Sr. Daniel reiterou a importância de que as colocações feitas
483 estivessem nesse processo de consulta, não apenas para registro, mas também para provocar outras
484 pessoas nessa discussão. Com relação às colocações do Conselheiro Ademar sobre participação no
485 orçamento e no planejamento, indicou que em 2011 haviam passado por um desafio ao ter que
486 escolher em quais áreas do governo deveriam centrar maior esforço para ampliar a participação
487 social. Que considerando a pequena equipe, haviam entendido centrar em duas funções de governo,
488 planejamento e orçamento, esclarecendo essa posição, citando o PPA, a LOA e a LDO. Observou que
489 os comentários da Presidenta em relação às Conferências eram muito importantes, considerando o
490 relevante papel desempenhado pelos Conselhos para o avanço dessa discussão. Falou que não havia
491 uma metodologia para as Conferências, colocando com o produto desses encontros interferia com o
492 planejamento público como um todo, mas começando a desenhar algumas metodologias para isso,
493 relatando as atividades que estavam sendo realizadas para isso. Sobre a assinatura do documento na
494 Conferência de Assistência Social, considerava bastante oportuno, considerando a relevância desse
495 espaço, mas observando que outras conferências também pleiteariam esse acontecimento, o que
496 deveria ser negociado. Com relação à intervenção externa no Conselho, observou que esse debate
497 sobre a política de participação social estava 100% em aberto, não definindo nem o tipo de
498 documento a ser utilizado, solicitando que as opiniões sobre sua necessidade ou não, fossem
499 colocadas na consulta, ademais que a Presidência da República não interferia no funcionamento dos
500 Conselhos, falando sobre as questões a serem colocadas para a articulação entre os mesmos, tendo
501 que se superar algumas barreiras para isso. Ressaltou que na Presidência da República tinham muito
502 cuidado para não tolher a autonomia e a capacidade de iniciativa de organização dos Conselhos, não
503 acreditando que o caminho certo seria a sua padronização. Destacou que tanto na Nota Técnica nº 7,
504 quanto no outro documento haviam tido o máximo cuidado para não invadir esse espaço de
505 autonomia dos Conselhos, esclarecendo essa posição. Sobre o Acórdão em relação à organização do
506 Conselho, concordava que as medidas tinham que ser tomadas, não concordando que esse fosse o
507 caminho certo. Observou que a questão do Conselho Nacional de Educação era bastante recorrente
508 quando se discutia sobre organização de Conselhos e articulação de Conselhos, inclusive, dentro do
509 próprio MEC, sendo um Conselho que não atenderia todas as recomendações feitas na Nota Técnica,

510 com o Fórum Nacional de Educação a exercendo muito mais o papel de controle social e que deveria
511 ser do Conselho. Ponderou existir algumas limitações em relação a essa proposta, não podendo ir
512 além do que estavam propondo, não querendo invadir o espaço da autonomia dos Conselhos, com
513 cada um tendo a sua forma específica de organização. Quanto ao orçamento participativo observou
514 que também havia sentido falta, convidando a todos para colocarem essa preocupação na consulta,
515 falando sobre o assunto. Agradeceu as colocações feitas, convidando a todos a participarem dessa
516 plataforma e difundir esse processo e colocando a Secretaria-Geral da Presidência da República à
517 disposição do CNAS para prosseguir com esse debate. A Presidenta observou que os Conselheiros
518 poderiam discutir como fazer esses encaminhamentos, ademais de participarem da consulta pública,
519 além de verificar com a Comissão de Política e de Acompanhamento aos Conselhos, como fariam essa
520 manifestação. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião para o almoço, solicitando que
521 retornassem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Presidenta solicitou à Secretária-Executiva a
522 verificação do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós;
523 Conselheiro José Ferreira da Crus; Conselheira Maria das Graças Prola; Conselheiro Ademar de
524 Andrade Bertucci; Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de
525 Faria; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheira
526 Valéria da Silva Reis Ribeiro; Conselheira Marilena Ardore. Conselheiros na suplência: Conselheiro
527 Fábio Bruni; Conselheira Maria Lúcia nogueira Marquim; Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira
528 Dóris Margareth de Jesus; Conselheira Nilsia Lurdes dos Santos; Conselheiro José Araújo da Silva;
529 Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos; e, Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. A Presidenta
530 destacou a presença da Vice-Presidenta do CEAS/RS, desejando boas vindas. **Item Informe dos**
531 **Conselheiros.** A Conselheira Nilsia falou sobre sua representação do CNAS na cidade do Maranhão,
532 discorrendo sobre o êxito que a Conferência Municipal havia obtido, com grande participação da
533 Sociedade Civil, do segmento de usuários. Registrou o que havia acontecido ao final de uma oficina
534 quando havia sido ventilada uma moção de repúdio contra o MDS e o CNAS, relatando o motivo dessa
535 situação. Informou a prisão e assassinato no CAS em Belém de um líder quilombola e Presidente da
536 UNEGRO estadual, com uma nota denunciando a sua perseguição e prisão indevida, registrando essa
537 situação. A Presidenta informou que não havia nenhum expediente do Conselho Municipal de São
538 Luís quanto ao assunto. A Conselheira Margareth falou sobre a Conferência no Rio de Janeiro,
539 sentindo a ausência do usuário, o que havia sido discutido durante o evento. Em relação à
540 Conferência de Florianópolis destacou a abertura feita pela Presidenta do CNAS e o debate realizado
541 com todos os trabalhadores do SUAS, tendo sido instituído oficialmente na oportunidade o Fórum
542 Municipal de Florianópolis dos Trabalhadores do SUAS. Na Conferência de Palmares destacou a
543 grande presença e participação dos usuários, ,assim como em Teresina, com as pré-conferências
544 trazendo o protagonismo dos usuários para Conferência. A Conselheira Cláudia relatou sua
545 participação na Conferência Municipal de Anápolis, GO, destacando o grande número de entidades e
546 trabalhadores, mas com ausência do usuário. Concordou com a Conselheira Nilsia sobre a
547 necessidade de se apropriar dos instrumentais, para poder participar ativamente das Conferências.
548 Informou sua participação no Encontro Nacional Preparatório para a III Conferência Global sobre o
549 Trabalho Infantil, citado pela Secretária Denise Colin, destacando a participação dos adolescentes e a

550 metodologia utilizada. A Conselheira Marisa informou sua participação na Conferência de Tobias
551 Barreto em Sergipe no dia 6 de agosto, discorrendo sobre a grande presença dos usuários da
552 Assistência, principalmente jovens e idosos. Destacou a efetiva participação do Prefeito no evento,
553 com a Presidente do Conselho sendo uma trabalhadora do SUAS. Relatou a presença na Conferência
554 de Mossoró, no dia 14, participando da mesa sobre o cofinanciamento. Informou ter solicitado voz na
555 abertura do evento, para constar a presença do CNAS e para que observassem todos os eixos,
556 principalmente o do cofinanciamento. O Conselheiro Anderson relatou sua participação na
557 Conferência de João Pessoa, indicando o grande número de usuários participantes, relatando os
558 procedimentos utilizados junto aos equipamentos e a divulgação desse evento. Informou sua
559 participação durante toda a Conferência, destacando que as discussões deveriam ser realizadas na
560 ponta e não no GT de Conselho. Destacou a omissão do Estado na participação da política no
561 município de João Pessoa, mas manifestando sua satisfação em ter participado desse evento. A
562 Conselheira Graça Prola indicou sua participação nas Conferências de Rio Branco, Acre, Belém do
563 Pará, e Natal no Rio Grande do Norte, coincidente com a reunião descentralizada em Porto Alegre.
564 Indicou que em Natal não haviam feito pré-Conferência, sendo limitada a participação de usuários e
565 falando sobre a precarização dos recursos humanos em todos os níveis no caso da Assistência Social.
566 Observou que em Belém viviam uma melhor situação, mas também apresentando precarização dos
567 recursos humanos e em Rio Branco, havia maior organização, haja vista a realização de pré-
568 conferências e massiva participação dos usuários, com a grande questão sendo o financiamento e a
569 regulação da proteção social especial, especialmente com relação a adolescente em conflito com a lei.
570 Informou que no Acre 100% dos municípios traziam o Disque Denúncia, o Disque 100, com as equipes
571 dos CREAS sendo obrigadas judicialmente a averiguar as denúncias feitas. Concluindo manifestou
572 satisfação pelo acolhimento e respeito ao CNAS, observados nessas oportunidades. A Conselheira
573 Margareth falou sobre a situação existente na política de Assistência Social no município do Rio de
574 Janeiro, relatando as ações que estavam sendo realizadas para protestar contra a falta de condições
575 de trabalho. Informou que no dia 6 de setembro, Sergipe instalaria a mesa de negociação do SUAS,
576 apoiado pela CUT local, mas com a dificuldade para trazer os trabalhadores de nível médio, o que
577 constava em Resolução. Falou sobre a realização do II Seminário Nacional do Fórum dos
578 Trabalhadores do SUAS, com o MDS, SNAS e CNA sendo convidados e com transmissão *on line*, com
579 acesso permitido a todos os interessados, apresentando os temas a serem tratados nessa
580 oportunidade. A Conselheira Dóris indicou sua participação na Conferência de Recife, de Campo
581 Grande, São José/SC, Blumenau e Curitiba, relatando como esses eventos haviam ocorrido. Registrou
582 que no dia 12 de agosto, a União Brasileira de Mulheres comemorou 25 anos, sendo homenageada no
583 Congresso Nacional e no Paraná, informando que repassaria sua fala no Congresso para
584 conhecimento de todos. A Conselheira Aldenora relatou sua participação pelo CNAS na Conferência
585 de Boa Vista, que havia sido um excelente evento, e Palmas e Macapá onde não houve muita
586 divulgação, relatando a participação do segmento universitário na Conferência lá de Tocantins. O
587 Conselheiro José da Crus informou que havia participado de diversas Conferências como
588 representante do MDS, registrando a importância da metodologia adotada pelo CNAS e pela
589 Comissão Organizadora, possibilitando nas municípios uma retrospectiva importante da história da

590 Assistência Social, trazendo para a pauta as deliberações aprovadas nas Conferências anteriores.
591 Relatou a observação da movimentação dos trabalhadores do SUAS, indicando que no dia 4
592 aconteceria em Belo Horizonte um Fórum Municipal dos trabalhadores naquela cidade. Discorreu
593 sobre como estaria se dando a aliança entre os trabalhadores e os usuários nos serviços da
594 Assistência e como estaria sua participação, tendo que se fazer um movimento para efetivar essa
595 relação entre os trabalhadores e os usuários da Política de Assistência Social. Dirigindo-se à
596 Conselheira Graça, informou que estavam produzindo um documento relativo à cobrança judicial
597 sobre as ações dos trabalhadores da Assistência. Relatou sua participação em duas Conferências, em
598 Aracaju e em Salvador, nos dias 3 e 4 de setembro. O Conselheiro Thiago discorreu sobre a situação
599 da cidade do Rio de Janeiro e o cancelamento da inscrição pelo Conselho Municipal de quase 1000
600 entidades em São Paulo, com essa situação sendo revista posteriormente, reintegrando as entidades,
601 mas com a ilegalidade desse ato tendo que ser comunicada ao MDS, considerando a certificação.
602 Indicou que essa situação vinha sendo debatido pela OAB na Comissão de Direito do Terceiro Setor da
603 OAB São Paulo, destacando a vulnerabilidade que as entidades se encontravam, tendo enviado um
604 manifesto à Presidenta e à Vice-Presidente sobre a situação existente no município. A Conselheira
605 Cláudia informou que Brasília sediaria de 10 a 13 de dezembro de 2013 o Fórum Mundial de Direitos
606 Humanos, iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, indicando os
607 eixos a serem debatidos. Que terminaria no dia 24 o prazo para o recebimento das fichas de adesão
608 das entidades, movimentos, organizações que quisessem participar do processo de organização do
609 Fórum. O Conselheiro Ademar informou sua participação das Conferências de Ponta Grossa e de
610 Fortaleza. Relatou a existência de quatro fontes de recurso em Ponta Grossa, manifestando
611 preocupação com essa situação e que estavam tentando resolver. Que no Ceará havia chamado a
612 atenção a falta de concursos nos últimos nove anos, com a maioria das atividades sendo terceirizadas.
613 Destacou a importância da participação dos Conselheiros nas Conferências preparatórias, facilitando a
614 preparação de relatórios indicando as situações existentes, trazendo elementos para discussão na
615 Conferência Nacional. O Conselheiro Thiago complementou que os funcionários da Assistência Social
616 do município de São Paulo não tinham reajuste salarial havia 12 anos, o que afugentava o quadro. O
617 Conselheiro Edivaldo informou sua representação do CNAS nas Conferências de Vitória, Goiânia,
618 Porto Velho, Várzea Grande e Bodoquena. Indicou que em Porto Velho havia ocorrido um forte
619 movimento para que os universitários tivessem voz e voto e fossem entendidos como delegados,
620 tendo sido consultado e informado o entendimento do CNAS. A Presidenta indicou a inscrição da Sra.
621 Débora, do Conselho Federal de Psicologia para dar um informe, com a concordância do Pleno. A Sra.
622 Débora complementou as informações da Conselheira Margareth sobre o Seminário do Fórum
623 Nacional dos Trabalhadores do SUAS, sendo o segundo evento a ser realizado, discorrendo sobre os
624 assuntos a serem discutidos nessa oportunidade. Esclareceu que estavam sendo convocados todos os
625 psicólogos, trabalhadores do SUAS para esclarecer sua contribuição, sendo realizado na quinta-feira
626 um seminário *on line*, esclarecendo como seria e solicitando a participação de todos. **Item**
627 **Apresentação da Sociedade Civil (segmento dos trabalhadores, entidades e usuários)**. A Conselheira
628 Jane falou sobre a FENATIBREF, entidade que representava no CNAS, esclarecendo como era
629 composta e os segmentos que representava, com foco na valorização do trabalhador. A Conselheira

630 Cláudia relatou sua participação na ABEC, a Associação Brasileira de Educação e Cultura, no segmento
631 entidades, sendo uma das personalidades jurídicas da Congregação dos Irmãos Maristas no Brasil.
632 Indicou o campo de atuação da entidade em diversos países e no Brasil, falando sobre os segmentos
633 que atendiam e a normativas que eram atendidas, destacando os serviços prestados pela entidade. A
634 Conselheira Aldenora informou representar a CONAM, Confederação Nacional das Associações de
635 Moradores, discorrendo sobre sua origem social e a evolução sofrida, até chegar à entidade atual.
636 Falou sobre as atividades que exerciam em favor da sociedade, os segmentos atendidos e sua luta
637 contra a carestia e os demais movimentos que participavam. A Presidenta agradeceu pelos
638 esclarecimentos prestados sobre essas entidades, com o Conselheiro Ademar manifestando-se
639 contemplado com as preleções sobre as entidades apresentadas. Indicando ser integrante de uma
640 organização, indagou como a organização sindical estava assumindo a luta pelo marco regulatório.
641 Perguntou à Conselheira Cláudia como o Instituto de Solidariedade estava percebendo nesse processo
642 de luta para resolver essa situação já ao final do terceiro mandato de governo popular, discorrendo
643 sobre a questão do marco regulatório e sobre a qual gostaria que falassem um pouco mais. O
644 Conselheiro José Ferreira da Cruz destacou a importância de o CNAS conhecer as organizações,
645 parabenizando os apresentadores pela sua fala, a da Conselheira Aldenora sobre os movimentos e
646 sobre o trabalho da entidade, relatado pela Conselheira Cláudia e indagando como se daria essa
647 articulação dúvida, e aí se você puder, Cláudia, na sua ainda tiver alguma intervenção de como é que
648 dar essa articulação com os CRAS e CREAS. Ressaltou na fala da Conselheira Margareth a preocupação
649 mais com a entidade do que com o trabalhador, indagando qual a função da FENATIBREF quanto
650 àqueles de nível médio. A Conselheira Jane relatou a participação da Federação e dos sindicatos
651 filiados na discussão das políticas públicas, garantindo o direito dos trabalhadores. Esclareceu que
652 eram representação de trabalhadores de nível fundamental, médio e superior que estavam em
653 instituições beneficentes, religiosas e filantrópicas, exceto se o mesmo participasse de um sindicato
654 específico da sua categoria. Discorreu sobre os voluntários e cuja presença histórica nas entidades
655 teria que ser discutida, sendo bem vindo no momento em que não ocupasse o lugar de um
656 trabalhador formal. Ressaltou o trabalho realizado pela sua entidade, garantindo a representação do
657 trabalhador, defendendo aqueles que estavam em situação de vulnerabilidade. A Conselheira Cláudia
658 falou sobre o marco regulatório, com a entidade seguindo importantes movimentos, avançando na
659 qualificação do trabalho, na organização e no reordenamento das ofertas e serviços. Falou sobre os
660 desafios quanto ao financiamento e conveniamento e outras situações vividas pelas entidades,
661 ressaltando que haviam crescido com a política, mas continuavam avançando, para poder atender os
662 critérios de qualidade. Destacou os desafios impostos pelo marco regulatório, citando, também a
663 articulação com os CRAS e CREAS, discorrendo sobre as experiências existentes na área e a efetiva
664 participação no Conselho Municipal e Estadual de Assistência Social, indicando a excelente articulação
665 que vinham conseguindo. A Conselheira Aldenora ressaltou as dificuldades que encontravam e que
666 era preciso vencer, relatando sua participação em movimentos. Falou sobre a participação dos
667 voluntários, para cujo trabalho era preciso ter muito compromisso, destacando, também, a ocupação
668 da entidade, que era feito de maneira muito organizada e responsável, fortalecendo as lideranças. A
669 Presidenta destacou a importância das apresentações, trazendo a realidade das entidades e

670 destacando a questão eleitoral da Sociedade Civil do CNAS, bem como o trabalho realizado pela
671 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. **Item Relato da Comissão Organizadora da IX**
672 **Conferência Nacional.** A seguir, informou que teria que se ausentar para resolver algumas questões,
673 solicitando a Judá dos Conselheiros da Comissão Organizadora para esse relato: “*Comissão*
674 *Organizadora da nona Conferência Nacional da Assistência Social. Reunião 008/2013, realizada no dia*
675 *12 e 13 de agosto de 2013. Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, sala 115. Conselheiros*
676 *presentes: Luziele Maria de Souza Tapajós; Ademar de Andrade Bertucci Dóris Margareth de Jesus*
677 *Edivaldo da Silva Ramos José Ferreira da Crus Marisa Rodrigues da Silva; Convidados: Ronaldo José*
678 *Sena Camargos - Coordenador da Relatoria Célio Vanderlei Moraes - Relatoria Darci Maria Vilaça –*
679 *Relatoria; Mareio Antunes - Relatoria Rosângela Pinheiro – Relatoria - Richelly Ramos Cardoso Ferreira*
680 *Consultora; Secretária Executiva do CNAS: Maria das Mercês Avelino de Carvalho Alessandra Teles*
681 *Teixeira Becchara Rodrigues de Miranda Celda Maria Chaves de Souza Christianne Camargo Menezes*
682 *Elaina Maria Daher Jardim Liliane Neves do Carmo Maria Auxiliadora Pereira Mirelle da Silva Dantas*
683 *Rosângela da Silva Almeida Suzany Gonçalves de Oliveira. 12 de agosto de 2013. 1) Informes: 1.1*
684 *Distribuição do Informe CNAS nº 9/2013. Foi divulgado no dia 9 de agosto, conforme proposta da*
685 *Comissão Organizadora e deliberação da Plenária do CNAS, o Informe CNAS nº 9/2013, com*
686 *orientações e esclarecimentos aos gestores e conselhos estaduais e do DF sobre as Conferências de*
687 *Assistência Social, que trata especificamente sobre a utilização de dois instrumentais: o Instrumental*
688 *1: Avaliação Local do SUAS e o Instrumental 2 - Registro das Conferências Estaduais e Distrital. O*
689 *Informe esclarece e reforça junto aos gestores e conselhos a importância do preenchimento dos*
690 *instrumentais e as demais explicações sobre o preenchimento dos instrumentais no SISCONFERÊNCIA.*
691 *A Comissão em conjunto com a Secretária Executiva definirá o processo de trabalho para recebimento*
692 *de relatórios das conferências estaduais e do DF para a consolidação do Balanço das Conferências.*
693 *Encaminhamento: Reforçar via CNAS informa, e por meio de telefonemas aos CEAS, a necessidade de*
694 *preenchimento do Instrumental I, privilegiando a análise da corresponsabilidade estadual e Distrital*
695 *na consolidação do SUAS. 1.2 Avaliação preliminar sobre processo das conferências municipais de*
696 *assistência social e Informe sobre as Conferências Estaduais e do DF com mapa de participação. - o*
697 *Conselheiro Jose Crus informou ter participado de algumas Conferências Municipais, representando o*
698 *MDS e ressaltou a importância destes momentos e o êxito perceptível da metodologia e a notória*
699 *participação dos usuários. Destacou em especial a Conferência Municipal de Bauru, cidade onde*
700 *constatou o legado que Profa. Egli Muniz deixou e que ainda é forte e decisivo para a consolidação do*
701 *SUAS. O conselheiro destaca a riqueza deste processo de conferências para o avanço do SUAS. - O*
702 *Conselheiro Edivaldo, justificou sua ausência na Conferência Municipal de Campo Grande por um*
703 *equivoco de informações quanto à programação; esteve presente na Conferência Municipal de*
704 *Bodoquena, de Porto Velho e de Goiânia. Destacou as dificuldades apresentadas na Conferência de*
705 *Porto Velho, quanto ao credenciamento e a distinção entre convidados e delegados, além da falta de*
706 *previsão orçamentária para a realização da Conferência. Na Conferência Municipal de Goiânia, o*
707 *Conselheiro destacou a dificuldade de articulação da gestão com o Conselho Municipal e falhas*
708 *quanto ao conteúdo dos temas propostos para discussão e, quanto à acessibilidade (ausência de*
709 *material em braile e interprete de libras). Também participou da Conferência de Várzea Grande. Em*

710 termos gerais, o conselheiro indica que os municípios que realizaram pré-conferências tiveram melhor
711 entendimento da nova metodologia adotada pelo CNAS para as Conferências de Assistência Social; - A
712 Conselheira Dóris esteve na Conferência Municipal de Recife na parte da manhã. Esteve também na
713 Conferência Municipal de Campo Grande, discutindo o tema Regionalização, e na Conferência
714 Municipal de São José e de Blumenau. - O Conselheiro Ademar, esteve presente na Conferência
715 Municipal de Fortaleza (2 dias, contando com aproximadamente 300 participantes), onde foi
716 apresentado o diagnóstico do município e, dentre as informações, ficou clara a precarização dos
717 recursos humanos local no SUAS; e de Ponta Grossa (apenas 1 dia, com aproximadamente 150
718 participantes). Destacou, em linhas gerais, boa elaboração dos instrumentais, mas a dificuldade de
719 diferenciação entre "recomendação" e "deliberação". - A Conselheira Marisa participou da
720 Conferência Municipal de Tobias e ressaltou que a conferência transcorreu num ambiente favorável,
721 com qualidade nas discussões dos eixos temáticos, o balanço da gestão teve foco no cofinanciamento,
722 contando com a participação do Estado nas discussões. Enfatizou a grande participação dos usuários e
723 a presença de um Conselho Municipal atuante. Houve um grande destaque e reconhecimento pela
724 escolha acertada pelo CNAS da nova metodologia para as Conferências de Assistência Social em 2013,
725 de se olhar e se avaliar no âmbito do município e conferir as deliberações das Conferências anteriores.
726 A Conselheira Presidenta, Luziele Tapajós, esteve presente em seis conferências municipais de
727 Assistência Social. Na maioria das Conferências o debate foi feito com base no preenchimento do
728 instrumental 1 que destacava a corresponsabilidade municipal. A conselheira ainda destacou a
729 participação dos usuários nas conferências. Em linhas gerais a Presidenta ressaltou a importância da
730 metodologia adotada pelo CNAS para as Conferências de Assistência social, que garantiu a avaliação
731 histórico-política da Assistência Social em âmbito local. A análise apontou para o fato de que a
732 metodologia das conferências de assistência social em 2013 está impactando os municípios, induzindo
733 a uma avaliação necessária para a efetivação do SUAS e que tem contribuído para tirar da
734 invisibilidade a história, o acúmulo, os avanços e os desafios do SUAS nestes 8 anos de existência.
735 Encaminhamentos: Solicitar aos conselheiros que estão representando o CNAS nas conferências a
736 preparação do relatório (modelo de relatório a ser encaminhado pela Secretaria Executiva) e, se
737 possível, tirar fotos para subsidiar a equipe de Comunicação do CNAS na preparação de matérias e
738 artigos sobre a avaliação do processo de conferências; • Proposição da redação de um texto para que
739 os conselheiros que representarão o CNAS nas conferências estaduais e do DF possam estar
740 pontuando as principais questões em defesa da efetivação e consolidação do SUAS no âmbito da
741 gestão e do controle social, considerando a corresponsabilidade desses entes na gestão compartilhada
742 do SUAS; • Adequar a apresentação padrão para as conferências estaduais. 2) Estrutura da IX
743 Conferência. 2.1 Tramitação do Termo de Referência (TR). A Secretária Executiva, Maria das Mercês,
744 informou que o Termo de Referência foi encaminhado à Subsecretaria de Assuntos Administrativos
745 (SAA) na primeira semana de agosto. A Secretaria Executiva do CNAS se reuniu com a Consultoria
746 Jurídica MDS (CONJUR/MDS) e com a SAA para adequações ao TR e elaboração de Nota Técnica com
747 justificativas referentes às especificidades, como brinquedoteca, custeio da hospedagem e
748 alimentação da totalidade dos delegados (Sociedade civil e Governo), casa do usuário, categorias de
749 apartamentos nos hotéis. Este TR trata da estrutura logística e operacional básica que garanta a

750 realização da IX Conferência Nacional de Assistência Social. Houve um aumento em termo de
751 quantitativo e, conseqüentemente, em termos de recurso orçamentário, visto que passou do número
752 de 1.420 delegados da VIII Conferência Nacional para o número de 2.000 delegados custeados,
753 considerando ainda que na Conferência anterior, apenas metade dos delegados foram custeados, ou
754 seja, apenas os delegados da sociedade civil. O Termo de Referência encontra-se na fase de cotação
755 de preço, em seguida será encaminhado para empenho e posteriormente segue para a Consultoria
756 Jurídica do MDS para o parecer final. Optou-se por elaborar um Termo de Referência específico para
757 as Passagens, contemplando; Delegados Nacionais e Convidados - apoio técnico, relatores, Comitê
758 Acadêmico, conforme orientação da SAA. Encaminhamento: Incluir na fala dos Conselheiros a posição
759 do CNAS de acatar a deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social de custear
760 hospedagem e alimentação para todos os delegados. 2.2 Acompanhar disponibilidade de publicação
761 (LOAS, PNAS, NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS etc.) para atendimento às Conferências Estaduais e do
762 Distrito Federal e Nacional; O Conselheiro José Crus informou que nas Conferências estaduais não
763 serão entregues materiais impressos, e sim pen drive. O processo está em fase de licitação. A
764 perspectiva é de atender o maior número possível de conferências. 2.3 Patrocínio - articulação com
765 possíveis financiadores e patrocinadores da IX Conferência (ver financiadores e patrocinadores da VII
766 Conferência Nacional); O CNAS está definindo estratégias para a articulação de patrocínio com
767 possíveis financiadores para a IX Conferência Nacional. Está sendo agendada reunião com o Comitê de
768 Patrocínio gerido pela SECOM/PR para tratar do assunto. Para essa reunião o CNAS preparará e
769 apresentará ao Comitê de Patrocínio um portfólio sobre o CNAS e a IX Conferência. Na perspectiva de
770 aumentar a visibilidade desse importante evento para a política de Assistência Social, o CNAS está
771 trazendo para patrocínio o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, que comemora os "10
772 anos do Programa Bolsa Família" e será entregue durante a realização da IX Conferência Nacional.
773 Encaminhamento: Enviar o portfólio aos membros da Comissão Organizadora, para conhecimento. 3)
774 Comitê Acadêmico. A Presidenta do CNAS, Luziele Tapajós, apresentou a proposta de trabalho do
775 Comitê Acadêmico da IX Conferência Nacional de Assistência Social, que possui perfil consultivo e
776 propositivo, contendo o objetivo geral, objetivos específicos e a indicação dos nomes que comporão o
777 Comitê, conforme anexo. O Assunto foi debatido pela Comissão Organizadora, que acatou as ideias
778 sobre o Comitê bem como os nomes indicados. A Comissão Organizadora indicou que o Comitê deverá
779 ser uma excelente estratégia para qualificar os debates da IX Conferência Nacional.
780 Encaminhamentos: Fazer reunião para convidar os membros do Comitê Acadêmico; Preparar
781 documentação para apoiar o trabalho do Comitê (Censo SUAS, Degravação da RDA de Porto Alegre,
782 Diagnóstico por Eixo apresentado pelo DGSUAS/SNAS, entre outros. 4) Mérito CNAS. A Presidenta do
783 CNAS, Luziele Tapajós, apresentou proposta de projeto para o Mérito CNAS, que terá como
784 homenagem na IX Conferência Nacional a professora Egli Muniz, conforme anexo.
785 Encaminhamentos: Solicitar apoio ao CONGEMAS e ao FONSEAS para divulgação do mérito CNAS; O
786 Conselheiro José Crus, a Conselheira Dóris, a Conselheira Marisa Rodrigues e Conselheiro Ademar
787 farão parte de uma Subcomissão que coordenará o Grupo de Avaliação do Mérito CNAS; Serão
788 chamados colaboradores para compor o grupo de avaliação técnica do Mérito CNAS, contando com a
789 participação da Secretaria Executiva do CNAS; • A Secretaria Executiva do CNAS encaminhará minuta

790 de edital para os membros da Comissão Organizadora para apreciação, até o dia 15 de agosto; •
791 Solicitar apoio da ASCOM para arte do prêmio e premiação; • Solicitar apoio a SGPR para premiação.
792 13 de agosto de 2013: 5 Plano de comunicação. A Consultora Elaina Maria Daher Jardim apresentou o
793 Plano de Comunicação com objetivo de dar visibilidade a atender ao maior público possível para a IX
794 Conferência Nacional de Assistência Social, conforme anexo. Encaminhamentos: Incluir na base de e-
795 mails do CNAS os endereços das assembleias legislativas; associações de municípios, câmaras
796 municipais, MP, confederações nacionais de municípios e outros; Identificar as frentes parlamentares
797 em defesa da assistência social instituídas; Articular a ASCOM da Secretaria Geral da Presidência da
798 República (SGPR) para divulgação junto aos movimentos sociais; Solicitar à Assessoria de
799 Comunicação do MDS (ASCOM/MDS) produção de vídeo para divulgação da Conferência a ser
800 veiculado em canal aberto; Incluir no mailing os participantes das conferências municipais e estaduais
801 e do DF; Incluir nas apresentações, para as conferências estaduais, os endereços das mídias do CNAS
802 (fan page; blog; Twitter; site e outros disponíveis); Editar as falas da Reunião Descentralizada de Porto
803 Alegre para disponibilização; Verificar com a ASCOM/MDS os contatos das rádios comunitárias; Incluir
804 no Plano de Comunicação do CNAS a acessibilidade total aos meios de comunicação; 6) Relatoria. Foi
805 apresentado o novo colaborador da Relatoria, Sr. Mareio Antunes. A relatoria discutiu as tarefas que
806 serão realizadas até a Conferência Nacional e foram inseridas no redmine. Esboço do Regimento
807 Interno, que deverá ser concluído na reunião do dia 15 de outubro. O Instrumental I, com a avaliação
808 local do SUAS que será elaborado pelos Estados e o DF, ficarão disponíveis no SISConferência, e
809 poderá servir de base para consultas do CNAS, do MDS, outros Conselhos e órgãos gestores. No que
810 diz respeito ao instrumental II a ser preenchido pelos CEAS e CAS/DF no SISConferência, a Relatoria
811 preparará 5 produtos, quais sejam: a) Consolidado do perfil da participação nas conferências (geral,
812 por região e por categoria de participantes); b) Consolidado dos Avanços e Dificuldades (por eixo
813 temático); c) Consolidado das Recomendações por eixo temático e por âmbito (nacional, estadual e
814 municipal) e demais categorias (outras políticas); d) Consolidado das Propostas Novas para o Estado e
815 o Distrito Federal; e) Consolidado da Avaliação da Dinâmica das conferências. A Comissão
816 Organizadora considera que esses consolidados a serem preparados pela relatoria, mais o produto do
817 Grupo de Trabalho de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência
818 Social e as contribuições do Comitê Acadêmico trarão elementos essenciais para subsidiar as falas na
819 IX Conferência Nacional, sejam elas na Plenária ou nas Plenárias Temáticas e outros espaços de
820 debate e garantir o sucesso da IX Conferência Nacional. O cronograma de reuniões apresentado pela
821 Relatoria ficou assim definido: 9 e 10 de setembro: Proposta de Reunião conjunta com a Comissão
822 Organizadora e integrantes do Comitê Acadêmico para discussão e definição da proposta de formato
823 e estrutura da IX Conferência Nacional de Assistência Social. 15 de outubro: Reunião de integrantes da
824 relatoria para fechamento de proposta de Regimento Interno e outras demandas. 28 e 29 de outubro:
825 Trabalhar os 5 consolidados a partir do Instrumental II preenchido pelos CEAS e CAS/DF. 18,19 e 20 de
826 novembro: Trabalhar na definição da metodologia de trabalho da Relatoria da IX Conferência
827 Nacional e confecção de instrumentais pertinentes. 6 de outubro: Trabalhar no check list da Relatoria.
828 7) Proposta de pauta da reunião de setembro: 7.1. Formato/Estrutura da IX Conferência
829 (Oficinas/cursos/painéis temáticos) 7.2. Definição número de estandes e critérios para sua utilização.

830 7.3. Definição de critérios/nomes de convidados. 7.4. Definição de critérios/nomes dos Delegados
831 Nacionais. 7.5. Definição de critérios para inscrição de ouvintes. 7.6. Programação (critérios para
832 temas/expositores) Encaminhamento: Promover reunião conjunta da Comissão Organizadora com a
833 Relatoria e Comitê Acadêmico; Planejar Seminário de preparação para a IX Conferência Nacional com
834 apoiadores (novembro); Encaminhar a memória pós-plenária para a relatoria. Luziele Tapajós,
835 Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social.” A seguir, procedeu à leitura dos anexos:
836 “Proposta de trabalho do Comitê Acadêmico da IX Conferência Nacional de Assistência Social. Objetivo
837 geral: Contribuir com estudos e análises que subsidiem a preparação e o debate na IX Conferência
838 Nacional de Assistência Social. O Comitê tem perfil consultivo e propositivo no que se referem às
839 análises, avaliações e textos a serem tratados na IX Conferência Nacional podendo, assim, orientar e
840 aprimorar, sob uma perspectiva acadêmica, esses debates. Objetivos específicos: Contribuir com a
841 Comissão Organizadora na produção de análise do consolidado oriundo das Conferências Estaduais e
842 do Distrito Federal; Produzir estudos decorrentes da documentação das conferências de assistência
843 social e da Reunião Descentraliza e Ampliada do CNAS, realizada em Porto Alegre/RS sobre o tema e
844 os eixos da IX Conferência Nacional; Apoiar a Comissão organizadora na construção de ementas para
845 os debates; Contribuir com os debates internos para preparação de conferencistas; Apoiar os debates
846 internos do CNAS para preparação da Conferência Nacional, considerando o tema e os seis eixos;
847 Estudo sobre resultados da metodologia da IX Conferência com vistas a X Conferência Nacional.
848 Componentes do Comitê Acadêmico: Entende-se por Comitê Acadêmico apoiadores da IX Conferência
849 Nacional de notória projeção em pesquisa e envolvimento no debate acadêmico da Assistência Social
850 e da Seguridade Social que prestarão suporte à Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de
851 Assistência Social. Proposta de integrantes: Márcia Helena Carvalho Lopes - UEL (coordenadora);
852 Maria Luiza Rizzoti – UEL. Maria Carmelita Yasbek - PUC SP; Edval Bernardino – UFPA; Reinaldo Pontes
853 – UFPA; Hélder Boska – UFSC; Elisângela Inácio – UFPA; Berenice Rojas Couto - PUC Resolução; Renato
854 de Paula-UFG;” Informou que já estavam indicados pela Conselheira Leila para esse Comitê. Procedeu
855 à leitura do Mérito CNAS. “MÉRITO CNAS Homenageada: Profa. Egli Muniz. 1 - Sobre o Mérito CNAS.
856 O Mérito CNAS trata do reconhecimento, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de iniciativas
857 desenvolvidas pelos Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais e Conselho de Assistência Social do
858 Distrito Federal que se destacam e fortalecem a atuação do controle social da política de assistência
859 social. O reconhecimento do Mérito CNAS deve ser interligado a homenagem prestada pelo CNAS a
860 uma personalidade que, com seu trabalho e atuação, apoia e ou apoiou a consolidação do Sistema
861 Único da Assistência Social - SUAS. O Mérito CNAS destaca práticas de democracia participativa
862 capazes de produzir resultados efetivos da atuação do controle social em nível municipal e estadual e
863 DF que geram importantes implicações para a vida do usuário da assistência social. Deve ser
864 compreendido como um processo estimulador de visões e atitudes afirmativas do controle social,
865 imprescindível no contexto da política pública de assistência social, destacando práticas inovadoras,
866 valorizando pessoas e fortalecendo princípios da participação social responsável e orientada para as
867 reais necessidades dos usuários. Na sua lã. Edição, o Mérito CNAS faz a homenagem a Professora Dra.
868 Egli Muniz (colocar pequena Biografia). 2 Dos objetivos centrais. São objetivos centrais do Mérito
869 CNAS: 2.1 Contribuir na visibilidade das práticas no campo do controle social; 2.2 Colaborar

870 para uma melhor compreensão da sociedade e dos gestores sobre a assistência social; 2.3
871 Incrementar processos organizativos que contribuem para a ampliação e qualificação da participação
872 da população na formulação, gestão e controle social das políticas de assistência social; 2.4
873 Reconhecer e divulgar iniciativas e experiências no campo do controle social que possam ser
874 replicadas ou adequadas para os demais conselhos; 2.5 Gerar força institucional ao controle social no
875 âmbito da gestão. 3 Do Público-Alvo. Podem participar do Mérito CNAS 2013, os conselhos de
876 assistência social dos municípios, estados e Distrito Federal. O Distrito Federal será inscrito na
877 categoria de Conselho Estadual. 4 Da Inscrição. 4.1 O Conselho de Assistência Social fará a inscrição
878 por meio de relatório de ação contendo: a. Identificação do Conselho; b. Identificação da iniciativa; c.
879 Data de início; d. Sobre a atividade (detalhamento da iniciativa/atividade realizada pelo conselho
880 requerente ao Mérito CNAS); e. Situação anterior (descrição da situação anterior à intervenção,
881 enfatizando a oportunidade percebida ou o problema encontrado. Identificação dos fatores que
882 impulsionaram o desenvolvimento da atividade); f. Solução adotada: Objetivos (Identificação dos
883 objetivos da iniciativa). Metodologia (descrição da iniciativa, especificando a metodologia e as
884 respectivas técnicas utilizadas para sua implantação). Investimento (explicitação do investimento
885 necessário para o desenvolvimento da atividade: recursos humanos e ou financeiros, materiais,
886 tecnológicos, etc.). Obstáculos (comentário sobre as dificuldades encontradas para a implantação da
887 iniciativa e como foram enfrentadas pelo conselho). g. Documentação requerida. 4.2 As inscrições
888 são gratuitas e devem ser realizadas em formulário próprio a ser disponibilizado pelo CNAS e
889 informado no Edital. Não serão aceitas inscrições por outro meio. 5 Linhas de Atuação para inscrição
890 de iniciativas/atividades. Os Conselhos de Assistência Social podem apresentar iniciativas/atividades
891 que tenham direta ligação com as normativas relacionadas ao controle social. As linhas de atuação
892 não devem ser entendidas como categorias de inscrição, visto que representam o expressivo campo de
893 atuação do controle social. 5.1 Iniciativas/atividades na área do controle social do orçamento e da
894 rede socioassistencial (Artigos 84, 85 e 86 NOB SUAS 2012);“5.2 Iniciativas/atividades na área da
895 gestão e estruturação dos Conselhos. (Artigos 121, 123 e 124 NOB SUAS) 5.3 Iniciativas/atividades na
896 área de processos de participação social (Artigos 125, 126 e 127 NOB SUAS 2012); 6 Da Avaliação.
897 Serão observados como critérios de avaliação: 6.1 Relevância; 6.2 Caráter inovador; 6.3 Efetividade
898 dos resultados; 6.4 Possibilidade de multiplicação; 6.5 Desenvolvimento de parcerias; 6.6 Caráter
899 continuado da Ação; Serão aplicados critérios de classificação compreendidos como requisitos
900 mínimos que os municípios e estados devam atender para participar do reconhecimento do Mérito
901 CNAS, com base nos dados do CENSO SUAS: realização de conferências; paridade; representação de
902 todos os segmentos nos conselhos; ocorrência de reuniões mensais; alternância na presidência do
903 conselho; A avaliação será efetuada por Comissão Especial designada pelo CNAS; A avaliação prevê
904 visita técnica no Conselho Finalista. 7 Da Premiação. Serão reconhecidos pelo Mérito CNAS os
905 conselhos que apresentarem resultados mais expressivos, alcançados por meio de práticas de controle
906 social, caracterizados por pontuação mais elevada em cada um dos itens de avaliação. Serão
907 premiados cinco conselhos municipais e um conselho estadual considerando que o Distrito Federal
908 concorrerá na categoria de estados. A premiação acontecerá na IX Conferência Nacional de
909 Assistência Social, em Brasília, 2013. Os conselhos vencedores serão contemplados com: Estatueta;

910 *Certificado de Reconhecimento e Premiação; Totem na entrada do CNAS, como exposição permanente*
911 *com foto e descrição da experiência; Matéria sobre o projeto, publicada no Site do CNAS, CNAS*
912 *Informa, Boletim MDS e SUAS Informa; Participação na IX Conferência Nacional como convidados do*
913 *CNAS. Participação em Reunião Ordinária do CNAS para apresentação da iniciativa/atividade. E item 8*
914 *- Do cronograma.”* A seguir, a Presidenta abriu para esclarecimentos indicando os itens 1.1, 2, até o
915 2.3, patrocínio. A Conselheira Jane indicou o recebimento de um ofício da *PAULS, Pier Sociedade de*
916 *São Paulo*, interessada em ser parceira, com a Presidenta esclarecendo que a questão seria tratada na
917 próxima reunião da Comissão Organizadora. Complementando, a Conselheira Jane observou que
918 além do material a ser repassado para o Comitê Acadêmico, seria interessante que tivessem acesso a
919 dados do cadastro nacional das organizações. No Item 4, a Presidenta indagou se havia alguma
920 observação e, continuando na pauta, indicou o dia 13 de agosto, solicitando que o plano de
921 comunicação fosse distribuído. Informou que os Conselheiros José e Ademar fariam o
922 pronunciamento padrão para o CNAS nas mesas de abertura das Conferências Estaduais e do Distrito
923 Federal. Indicou ter feito uma leitura e enviado para os conselheiros, mas que não havia chegado
924 nenhuma contribuição. Justificando a ausência da Conselheira Leila, solicitou que a Comissão
925 Organizadora ajudasse a tirar a deliberação do Pleno sobre essas apresentações nas mesas de
926 abertura das Conferências. Indicou que os Conselheiros que viessem para a Conferência Nacional
927 seriam custeados com hospedagem e alimentação, discorrendo sobre essa obrigação também para a
928 Sociedade Civil e do governo por todos os delegados que a Conferência Estadual indicasse, relatando
929 os procedimentos a serem realizados para esses eventos. Informou que a SNAS havia ofertado juntar
930 esse Seminário com um evento que a Proteção Social Básica faria em novembro, agradecendo em
931 nome do CNAS pelas facilidades proporcionadas. Com relação à proposta de pauta da reunião de
932 setembro relatou que seria feita junto com a relatoria e com o Comitê acadêmico, os quais seriam
933 convidados posteriormente. Informou que a reunião de setembro seria realizada nos dias 9 de
934 outubro e dia 10 do dia todo, com os Conselheiros da Comissão Organizadora podendo fechar sua
935 agenda para o dia 9 e 10. Agradeceu à Conselheira Margareth que cobriria sua fala na mesa de
936 abertura na Conferência Estadual de Alagoas, para que pudesse participar da reunião da Comissão
937 Organizadora. A Presidenta indagou se havia alguma observação. Em não havendo, considerou
938 aprovado o Relato da Comissão Organizadora da IX Conferência. Indagou da possibilidade de
939 apresentação de outra Comissão, com o Conselheiro Volmir indicando que poderiam adiantar o
940 Relato da Comissão de Financiamento. A Presidenta informou a indicação da Conselheira Leila para o
941 Fórum Interconselhos, Conselheiro Anderson, Conselheiro Edivaldo, Conselheira Valéria, Conselheira
942 Nilsia, Conselheira Cláudia e Conselheiro Ademar. Foi informando que os Conselheiros Anderson e
943 Ademar participavam do GT no mesmo dia 2, não podendo participar do Fórum e com a Presidenta
944 indicando o Conselheiro Edivaldo, a Conselheira Valéria, a Conselheira Nilsia, o Conselheiro Ademar e
945 Conselheiro Edivaldo. A Conselheira Aldenora informou que a Sociedade Civil se reuniria à noite, mas
946 com a Presidente esclarecendo o motivo de fechar as indicações nesse momento. A Conselheira
947 Margareth observou que a Sociedade Civil se reuniria e faria essa indicação, com a Presidenta
948 esclarecendo o desconhecimento do prazo. Indicando a ausência de Conselheiros, o Conselheiro
949 Thiago sugeriu que a reunião fosse suspensa e a Sociedade Civil se reunisse e fizesse a indicação, com

950 a Presidenta concordando com esse intervalo. Prosseguindo, o Conselheiro Thiago informou que a
951 Sociedade Civil havia se reunido e indicado cinco nomes, Conselheira Dóris, Conselheira Maria Godói,
952 Conselheira Nilsia, Conselheira Valéria e Conselheiro Araújo, com a Presidenta esclarecendo que
953 seriam quatro indicações. O Conselheiro José Araujo esclareceu que tinha reunião da CIT no dia 4,
954 com seu traslado não trazendo gastos, com a Presidente indicando que ficariam os quatro primeiros
955 nomes. **Item Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento**, pelo Conselheiro Ademar:
956 *“Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, agosto de 2013. Reunião*
957 *das 9h às 16h, aqui no Ministério. Conselheiros presentes: Volmir Raimondi, Ademar Bertucci,*
958 *Coordenador Adjunto, Dóris Margareth de Jesus, Fábio Moassab Bruni, Marcílio Marquesini Ferrari,*
959 *Valéria da Silva Reis Ribeiro. Secretária Executiva do CNAS: Maria das Mercês Avelino de Carvalho,*
960 *Bechara Miranda, Mirelle Dantas, Suzani Gonçalves, Talita Eletro. Primeiro ponto, discutir como o*
961 *Fundo Nacional de Assistência Social, estratégias e divulgação do documento orientador sobre*
962 *matéria orçamentária e financeira. Convidado, FNAS. Que o ponto de pauta foi postergado para*
963 *reunião de setembro em virtude da ausência justificada da Coordenadora Geral de Execução*
964 *Orçamentária Financeira da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, Dulce*
965 *Elena Alves Vaz Martins, que se encontra em seu gozo legal de férias. Encaminhamento, pautar para o*
966 *mês de setembro. Ponto dois, monitoramento trimestral do plano de ação, deliberação da Plenária de*
967 *maio de 2013. A Comissão de Financiamento e Orçamento de Assistência Social realizou*
968 *monitoramento do seu plano de ação, a fim de ajustar e avaliar a personalização de suas ações.*
969 *Encaminhamento, a Comissão de Financiamento e Orçamento sugere a Plenária, se reunir no dia*
970 *anterior da reunião ordinária de setembro a partir das 13h30 para discutir estudos na área de*
971 *monitoramento, de efetividade de investimentos social. Referente à meta três, do plano de ação da*
972 *Comissão de Financiamento, desenvolver plano de monitoramento de efetividade de investimento na*
973 *Assistência Social. Que as capacitações sobre orçamento e financiamento e como estão organizadas*
974 *todas as instâncias que participam da construção do orçamento. Operacionalização da meta seis,*
975 *capacitar os Conselheiros da Comissão de Financiamento sobre matéria orçamentária e financeira,*
976 *serem realizadas para todos os Conselheiros do CNAS e reunião extraordinária no mês de outubro,*
977 *tendo em vista se tratar de temas da IX Conferência. Propor a Comissão de Política em debate*
978 *conjunto com a Comissão de Financiamento sobre a proposição da retomada do Conselho Nacional da*
979 *Seguridade Social. Ponto três, Resolução CNAS nº 6/2013, de 13 de março de 2013, conforme*
980 *deliberação da Plenária, da centésima décima terceira reunião ordinária do CNAS esteve presente*
981 *nessa discussão o Conselheiro José Araújo, representando o CNAS na CIT, após esclarecimento ao*
982 *Conselheiro e amplo debate a Comissão optou por não retificar a Resolução CNAS nº 6/2013 que*
983 *aprova a expansão qualificada de serviços de acolhimento institucional para jovens e adultos com*
984 *deficiência em situação de dependência e residências inclusivas. Encaminhamento, a Comissão de*
985 *Financiamento sugere a Plenária, informar aos Estados e o DF por meio do CNAS Informa, quanto à*
986 *responsabilidade dos estados no cofinanciamento, a Secretária Executiva encaminhará a minuta para*
987 *a Comissão avaliar com base na Portaria 140/2012, na Resolução CNAS 11/2012, Resolução da CIT*
988 *13/2013 e a Resolução CNAS 6/2013, pauta na reunião trimestral com os Conselhos Estaduais no mês*
989 *de outubro, a importância dos Conselhos deliberarem sobre os pactos firmados no âmbito da CIT.*

990 Ponto quatro, capacitação sobre os instrumentais do processo orçamentário e como estão
991 organizados a todas as instâncias que participam da construção do orçamento, tendo em vista a
992 reestruturação na Comissão de Financiamento e Orçamento de Assistência Social, sugerimos pautar
993 esse item quando da nova composição da Comissão. A capacitação terá o seu conteúdo e metodologia
994 apresentados na próxima reunião para que a mesma depois de aprovada por essa Comissão seja
995 apreciada pelo pleno por se tratar de um assunto de aceitação de todo o Conselho, e por ser um tema
996 relacionado à IX Conferência Nacional de Assistência Social. Ponto cinco, análise e resposta de ofício
997 do CMAS Curitiba, a Comissão de Financiamento apreciou a resposta da Secretaria Nacional de
998 Assistência Social por meio do memorando CNAS/MDS nº 1.073/2013 referente à pactuação de
999 convênios reunidos de Emendas Parlamentares, alvo do questionamento do CMAS Curitiba.
1000 Encaminhamento, responder ao CMAS de Curitiba com base no memorando encaminhado pelo CNAS,
1001 citando o orçamento impositivo e reafirmando legalidade das emendas parlamentares, e que não há
1002 possibilidade dessas serem utilizadas fora dos interesses da área da Assistência Social. Ponto seis,
1003 cartilhas um e dois do CNAS, foi discutido na Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
1004 Social a elaboração das orientações aos Conselhos de Assistência Social para o acompanhamento e
1005 aprovação das propostas orçamentárias por parte dos Conselhos de Assistência Social, conforme a
1006 discussão da Comissão e as deliberações da Plenária no mês de maio, foram sugeridas verificar se os
1007 produtos das consultorias contratadas 2012 atenderiam a referida demanda. Os produtos. 1) Revisão
1008 e atualização da cartilha. I) Orientação acerca dos Conselhos de Controle Social da Política Pública de
1009 Assistência Social e da cartilha dois: Implicações do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos
1010 Conselhos de Assistência Social. Foram encaminhadas para os Conselheiros da Comissão para
1011 apreciação e avaliação. Encaminhamento, a Comissão de Financiamento entende que o produto
1012 atende a demanda e sugere a publicização das cartilhas um e dois. Ponto sete, análise do relatório da
1013 execução da ação 8.249, exercício 2013, primeiro semestre. Apresentação da Secretária Executiva do
1014 CNAS, Maria das Mercês, a Secretária Executiva do CNAS, Maria das Mercês fez a explanação do
1015 relatório de execução da ação 8.249 referente ao primeiro semestre de 2013, informando aos
1016 membros da Comissão que a execução no período ocorreu dentro da normalidade e o percentual
1017 alcançado está de acordo com o esperado, conforme apresentado na análise abaixo e no quadro em
1018 anexo, anexo um. A execução que se apresenta no dado momento com percentual de 26,54%
1019 decorrido o primeiro semestre desse exercício, incluindo os valores empenhados e os devidamente
1020 pagos. Encontram-se dentro do padrão da normalidade considerado para isso os PIs abaixo
1021 identificados, que somados representam o percentual acima 48% do orçado para o ano de 2013, na
1022 ação 8.249, os quais ainda estão em processo de contratação e vinculados a outras decisões
1023 estratégicas desde Conselho. IX Conferência Nacional de Assistência Social, este PI com o valor de R\$
1024 3.980.000,00 representa em torno de 44% do orçado nesse exercício e trata-se da atividade de maior
1025 monta, já constituído em Processo nº 710.10.001.218/2013-33 e se encontra atualmente com os seu
1026 PR devidamente elaborado e sobre custódia da SAA para as devidas cotações e ações necessárias para
1027 a sua execução. Equipamentos e materiais permanentes, esse PI com o valor de R\$ 100 mil representa
1028 em torno de 1% do orçado, trata-se da aquisição dos arquivos deslizantes, via Processo de nº
1029 71.010.000.101/2013-32, o qual foi devolvido recentemente a esse Conselho como o indeferimento da

1030 *solicitação da ata de registro de preços, de que trata pregão 10/2012 do Ministério da Defesa,*
1031 *Batalhão da Guarda Presidencial, portanto o mesmo será reencaminhado à SAA com vista a indicar ao*
1032 *CNAS um caminho possível para a devida aquisição dos arquivos deslizantes, permanecendo dessa*
1033 *forma ainda sem execução. Impressão e encadernação de material institucional, esse PI com valor de*
1034 *R\$ 221 mil representa em torno de 3% do orçado, destina-se para impressão e encadernação das*
1035 *cartilhas revisadas, produtos das consultorias concluídas em 2012, permanecendo dessa forma sem*
1036 *execução. Encaminhamento, a Comissão de Financiamento e Orçamento sugere a Plenária aprovar o*
1037 *relatório de execução da ação 8.249 primeiro semestre. Ponto oito, apreciação documento,*
1038 *orientações sobre a proposta orçamentária. Conselheiro Marcílio Marquesini e a Conselheira Valéria*
1039 *Ribeiro apresentaram o documento preliminar referente à participação popular no orçamento público*
1040 *de Assistência Social, que tem como objetivo orientar os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de*
1041 *Assistência Social no tocante aos instrumentos de planejamento orçamentário, conforme, com ênfase*
1042 *na Lei Orçamentária Anual – LOA, para a incidência de participação popular nas fases de elaboração e*
1043 *execução orçamentária, nos garantindo a inclusão de recursos públicos para a Política de Assistência*
1044 *Social. A Comissão apreciou e avaliou o documento, no qual foram feitas sugestões de padronização*
1045 *das siglas, formatação, revisão da linguagem, atenção a sensibilidade, esclarecimentos quanto a Lei*
1046 *de Responsabilidade Fiscal e a inserção de um parágrafo chamando a atenção dos pequenos*
1047 *municípios, e o produto final deverá ser apresentado a Plenária na reunião de setembro. IX) Definição*
1048 *de pauta de setembro de 2013, discutir com o Fundo Nacional de Assistência Social estratégias de*
1049 *divulgação de documento orientador sobre matéria orçamentária e financeira, convidado FNAS.*
1050 *Identificar parceiros para estabelecimento de agendas com as áreas de referência do debate*
1051 *orçamentário e financeiro de outros Conselhos Nacionais, com o objetivo de verificar as diversas*
1052 *metodologias de abordagem da temática no âmbito do Controle Social e compartilhar experiências.*
1053 *Avaliação dos conteúdos para a capacitação, levantamento das deliberações a respeito da forma e*
1054 *conteúdo da nota explicativa do relatório de execuções orçamentária e financeira do FNAS. Assinando*
1055 *o Volmir Raimondi, Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.”*
1056 *Leitura do quadro anexo pela Conselheira Dóris: “Programação e execução 2013 Direta, base SIAF,*
1057 *01/08. 8.249, funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. 1- IX Conferência Nacional de*
1058 *Assistência Social, R\$ 3.980.000,00, 0% de execução. Apoio a espaço democrático e de participação R\$*
1059 *93 mil, dotação vigente, 0% de execução. Consultorias R\$ 408.900,00 dotação vigente, 0% de*
1060 *execução. Diárias e deslocamento, dotação vigente R\$ 996.369,00, e executado 100%. Equipamentos*
1061 *e material permanente, R\$ 100 mil, dotação vigente, 0% executado. Impressão e encadernação de*
1062 *material instrucional, R\$ 221 mil, dotação vigente, 0% de execução. Manutenção e fortalecimento dos*
1063 *Conselhos Municipais, Estaduais e do DF, dotação vigente R\$ 927.489,00, execução 0%. Manutenção*
1064 *de telefones especial para deficientes auditivo, dotação vigente R\$9.086,00, 0% de execução. Item*
1065 *nove, passagens, R\$ 1.762.189,00, de dotação vigente, 51,20% de execução. Serviço de libras, R\$*
1066 *80.100,00, dotação vigente, 75% de execução. Taquigrafia, R\$ 433.350,00, dotação vigente, 100%*
1067 *executado. Saldos não executados, R\$ 6.619.515,00 que está empenhado, a liquidar R\$ 941.126,00 e*
1068 *pago R\$ 509.717,00.” O Conselheiro Volmir indicou, no relato, a substituição do Conselheiro José*
1069 *Geraldo, justificando a sua ausência nessa reunião e registrando o importante trabalho feito pelos*

1070 Conselheiros Marcílio e Valéria e que seria distribuído aos Conselheiros para análise. A Presidenta
1071 indicou o Item 2, com a Comissão sugerindo à Plenária se reunir no dia anterior da reunião ordinária
1072 para discutir estudos na área de monitoramento, de efetividade do investimento social, referentes à
1073 meta III do Plano de Ação da Comissão de Financiamento, questionando essa proposta. O Conselheiro
1074 Volmir esclareceu que como os Conselheiros chegariam no dia anterior, haviam proposta a reunião à
1075 tarde, mas sendo antes das reuniões das Comissões, não influenciando na despesa das passagens. No Item
1076 3, Resolução 6/2013, o Conselheiro José Araújo indicou a redação, “*Após esclarecimento ao*
1077 *Conselheiro.*” sendo “*após esclarecimento do Conselheiro*”. Reiterou que a pactuação da CIT não
1078 autorizava nenhuma despesa, dependendo de deliberação do CNAS ou dos Conselhos Estaduais para
1079 poder justificar as suas despesas perante o Tribunal de Contas, com a Conselheira Dóris
1080 complementando essa informação. No encaminhamento sobre a inclusão de parágrafo no CNAS
1081 Informa, solicitando ao Conselheiro Fábio que a Comissão redigisse esse texto. O Conselheiro Volmir
1082 solicitou que a Secretaria-Executiva ajudasse, mas concordando com a proposta da Presidenta, que
1083 solicitou ao Conselheiro Beck que redatasse uma pequena nota para discussão. Prosseguindo, indicou
1084 os Itens 4, 5 6 e 7, onde a Conselheira Maria Godói questionando o texto “*Serviço de libras, R\$ 80*
1085 *mil.*” e com a Secretária-Executiva esclarecendo como havia sido esse contrato de Libras. O
1086 Conselheiro José da Crus complementou que esse contrato teria que ser sempre renovado,
1087 considerando a sua importância e com a Conselheira Marisa complementando essa informação.
1088 Prosseguindo, indagou se o item 9 incluía o custo das diárias dos delegados estaduais, indicando o
1089 porquê de não estar empenhado se estava em curso o processo das gestões. A Secretária-Executiva
1090 esclareceu o motivo de ainda não estar empenhado, por estar na pesquisa de mercado, estando na
1091 expectativa de conhecer o valor de mercado da Conferência Nacional de Assistência Social, indicando
1092 o valor estimado para o evento e indicando de onde viria esse recurso. A Secretária-Executiva falou
1093 sobre as diárias e passagens e que constavam no planejamento, indicando a estratégia utilizada e
1094 tratada com a CONJUR e SAA. A Presidenta complementou, indicando ter um limite orçamentário
1095 para todo o governo federal. O Conselheiro Volmir questionou o nome a dar para esse documento
1096 orientador, solicitando sugestões para os Conselheiros. Indicou haver alguns acordos na Sociedade
1097 Civil, agradecendo pelo trabalho realizado. Em não havendo mais nenhuma observação, a Presidenta
1098 considerou aprovado o Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento. Informou que no dia 23
1099 às 18h na TV Câmara teria um debate ao vivo sobre a população de rua, com a participação do
1100 Conselheiro Anderson, solicitando a sua divulgação. A Conselheira Marilena agradeceu a
1101 receptividade, colocando-se à disposição para contribuir com o CNAS. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta
1102 encerrou a reunião, convidando a todos para comparecerem no dia seguinte às 9h. **ABERTURA.** Aos
1103 vinte e dois dias de agosto de dois e treze, a Presidenta reiniciou a 214ª RO do CNAS, informou que a
1104 Conselheira Simone estava ocupada, resolvendo algumas questões e que compareceria
1105 posteriormente, assim como a Conselheira Léa e Fátima. Informou a renúncia da Conselheira Viviane,
1106 do MEC e a ausência da Conselheira Clara Carolina, da Conselheira Margarida e da Conselheira Maria
1107 das Graças Prola, ademais de outras ausências que não permitiam o quorum, tendo que aguardar o
1108 número de presenças exigido. Após a complementação do quorum exigido, solicitou à Secretária-
1109 Executiva a sua indicação: Conselheiros na titularidade, Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós,

1110 Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, Conselheiro Idervânio da Silva Costa, Conselheiro José Ferreira da
1111 Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles, Conselheira
1112 Margareth Alves Dallaruvera, Conselheira Jane Pereira Clemente, Conselheira Valéria da Silva Reis
1113 Ribeiro, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos. Conselheiros na suplência: Conselheiro Fábio Bruni,
1114 Conselheiro Marcílio Ferrari, Conselheira Maria Lúcia Nogueira Marquim, Conselheira Cláudia
1115 Faquinote, Conselheira Dóris de Jesus, Conselheira Nilsia dos Santos, Conselheiro José Araújo da Silva,
1116 Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. **Item Relato da Presidência Ampliada.** *“Reunião da
1117 Presidência Ampliada. Memória da reunião da Presidência Ampliada, agosto de 2013. Reunião 007 de
1118 2013. Data: 20/08/2013. Conselheiros integrantes da Presidência Ampliada: Luziele Tapajós,
1119 Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social; Marisa Rodrigues, Coordenadora da Comissão
1120 de Normas da Assistência Social; José Ferreira da Crus, Coordenador da Comissão de Política de
1121 Assistência Social; Volmir Raimondi, Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento da
1122 Assistência Social; Margareth Alves Dallaruvera, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos
1123 Conselhos de Assistência Social. Ausência justificada: Leila Pizzato, Vice-Presidente do CNAS;
1124 Secretária Executiva, Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Silvani da Conceição Braga, Thaís Pereira
1125 Braga. Item I: Convites. Item 1.1: Convites para o Simpósio Internacional sobre drogas, da coerção a
1126 coesão. O Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, o
1127 Ministério da Saúde por meio do Departamento de DST, AIDS e Hepatites virais da Secretaria de
1128 Vigilância em Saúde e da área técnica de saúde mental, álcool e outras drogas do Departamento de
1129 Articulação da Rede de Atenção a Saúde da Secretaria de Atenção a Saúde. O escritório das Nações
1130 Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC, e a Organização Panamericana de Saúde – OPAS, em parceria
1131 com a International Drug Policy Consortium – IDPC, e o Instituto do Igarapé, realizarão um Simpósio
1132 Internacional sobre Drogas da Coerção a Coesão entre os dias 09 e 11 de setembro de 2013 em
1133 Brasília, Distrito Federal. Este evento contará com a participação de representantes de diferentes
1134 países que compartilharão experiências relacionadas a políticas de drogas. O CNAS está convidado a
1135 participar do Simpósio Internacional sobre Drogas da Coerção a Coesão em cuja programação está
1136 previsto o debate qualificado a respeito das políticas sobre drogas, entre os diversos atores da
1137 sociedade, já que esta é uma agenda prioritária, é uma das agendas prioritárias para o governo
1138 federal. Encaminhamento da Presidência Ampliada: indicados os Conselheiros Fábio Bruni e Cláudia
1139 Faquinote. É só uma indicação, a gente vai ver a verificação. Isso. E 1.2: Convite do Instituto de Arte e
1140 Cultura Yorubá para Festival da Arte Negra de Lagos na Nigéria no período de 04 a 09 de outubro. O
1141 Instituto de Arte e Cultura Yorubá solicita ao CNAS a indicação de Conselheiros para representarem o
1142 Brasil no Festival de Arte Negra de Lagos. Os representantes do CNAS, governo e Sociedade Civil
1143 deverão palestrar em oficinas e interagir com nigerianos sobre os modelos de projetos e políticas
1144 sociais atualmente praticadas no Brasil, a fim de melhorar acelerar o intercâmbio sociocultural entre
1145 os dois países irmãos. O festival será responsável pelo hotel, alimentação e traslado dentro da Nigéria
1146 para os participantes. O CNAS deverá arcar com as passagens aéreas internacionais. Encaminhamento
1147 da Presidência Ampliada: verificar com a Secretaria-Geral da Presidência da República se há
1148 planejamento de envio de uma comitiva presidencial para participar do Simpósio Internacional, a fim
1149 de possibilitar a ida da representante do CNAS indicada pela Presidência Ampliada, Conselheira Nilsia*

1150 Lourdes dos Santos. 1.3: Convite da Ouvidoria Geral da União para a Caravana das Ouvidorias da
1151 região Sul. A Ouvidoria Geral da União da Controladoria Geral da União – CGU convida o CNAS para
1152 participar da Caravana das Ouvidorias da região Sul, nos dias 04 e 05 de setembro de 2013. O projeto
1153 Caravanas Ouvidorias é organizado pela Ouvidoria Geral da União, pela Secretaria-Geral da
1154 Presidência da República e pelas Ouvidorias Gerais de Estados. Contando com o apoio do
1155 Departamento de Ouvidoria Geral do SUS. Os encontros têm objetivo central: a discussão sobre a
1156 constituição, estruturação e normatização do sistema federal de ouvidorias, bem como apresentar e
1157 debater as diretrizes do sistema nacional de participação social. As inscrições estão abertas até o dia
1158 26 de agosto de 2013 no site: www.caravanasouvidorias.rsgov.br. Encaminhamento da Presidência
1159 Ampliada: a Presidência Ampliada sugeriu enviar expediente em agradecimento. 1.4: Associação
1160 Paulista de Fundações convida o CNAS para o VIII Encontro Paulista de Fundações, e terá como tema
1161 principal o protagonismo da Sociedade Civil no desenvolvimento, a ser realizado no dia 13 de
1162 setembro de 2013 em São Paulo. Encaminhamento da Presidência Ampliada: A Presidência Ampliada
1163 sugeriu enviar expediente em agradecimento. 2: Representação do CNAS. 2.1: Indicação de
1164 representante para o III Encontro Ibero-Americano sobre pessoas idosas. A Secretaria de Direitos
1165 Humanos da Presidência da República com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e
1166 Combate à Fome – MDS, da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social – OISS, da
1167 Organização Panamericana de Saúde – OPAS, e da Orientação Mundial de Saúde – OMS, realizará o III
1168 Encontro Ibero-Americano sobre pessoas idosas na região. Em Brasília entre os dias 30 de setembro a
1169 02 de outubro de 2013. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome solicita ao CNAS a
1170 indicação de um representante desse Conselho para participar do referido evento, com vistas ao
1171 aprimoramento da Política de Atenção e Proteção a Pessoas Idosa, as despesas com passagens e
1172 diárias correrão à custa do MDS. Encaminhamento da Presidência Ampliada: A Presidência Ampliada
1173 indicou o Conselheiro José Araújo. 2.2: Indicação de quatro representantes da Sociedade Civil para
1174 participar do IV Fórum Interconselhos a ser realizado no dia 02 de setembro de 2013, das 9h às 18h no
1175 Palácio do Planalto. A Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República solicita as
1176 quatro indicações dos Conselheiros da Sociedade Civil do CNAS para participar do IV Fórum
1177 Interconselhos. Ressalta que serão apresentados e discutidos relatórios de monitoramento das
1178 agendas transversais, como início do processo de monitoramento participativo do PPA 2012-2015”.
1179 Encaminhamento da Presidência Ampliada: foram indicadas as Conselheiras... Na verdade isso aqui foi
1180 já depois da decisão dos Senhores da Sociedade Civil, está certo? “Foram indicados os Conselheiros
1181 Dóris Margareth de Jesus, Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Valéria da Silva Ribeiro e Nilsia
1182 Lourdes dos Santos, com despesas de passagens a serem arcadas pela Secretaria-Geral da Presidência
1183 da República. O Conselheiro José Araújo também foi indicado a participar, aguardando
1184 posicionamento da Secretaria-Geral da Presidência da República. As inscrições foram efetuadas pela
1185 Assessoria do Gabinete do CNAS no dia 21 de agosto. 2.3: A Secretaria-Geral da Presidência da
1186 República realizará uma mesa de debates sobre as novas formas de exercício da democracia em seus
1187 desafios. No auditório do Anexo I, Palácio do Planalto no dia 23 de agosto, de 9h às 13h. Estende o
1188 convite aqueles que têm o interesse no tema. Encaminhamento da Presidência Ampliada: Indicada a
1189 Secretária Executiva do CNAS Maria das Mercês para participar da referida reunião. 2.4:

1190 *Pronunciamento padrão do CNAS nas Conferências Estaduais. A Presidente do CNAS irá apresentar um*
1191 *pronunciamento padrão a ser utilizados pelos Conselheiros Nacionais nas Conferências Estaduais de*
1192 *Assistência Social, assim como serão adequadas as lâminas de apresentação em PowerPoint para*
1193 *essas conferências”. Não tem o encaminhamento, mas só para avisar os Senhores que na sequência*
1194 *dessa reunião isso já estará no e-mail de todos os Senhores, está bom? “3: Informes. 3.1: Expediente*
1195 *do Ministério Público de Minas Gerais. O Promotor de Justiça, André Luiz Alves de Melo da Promotoria*
1196 *de Justiça de Estrela do Sul do Ministério Público de Minas Gerais por meio do ofício nº 120/2013-PJ,*
1197 *sugere ao CNAS a discussão sobre a autonomia administrativa e financeira do Sistema Único de*
1198 *Assistência Social com previsão orçamentária nos moldes do Sistema Único de Saúde e da Assistência*
1199 *Jurídica, valorizando o trabalho e os servidores, o que evitaria desvio de finalidade, inclusive criando*
1200 *setores de fiscalização. Encaminhamento da Presidência Ampliada: Informar que o tema já vem sido*
1201 *discutido no CNAS e enviar NOB/SUAS e NOB/RH que possuem vasto conteúdo sobre o tema. Pautar*
1202 *oportunamente o assunto no CNAS. 3.2: Sugestão de realização dos painéis propostos pela Comissão*
1203 *de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda na reunião da Comissão no dia 16 de*
1204 *setembro de 2013. Painel I: A Integração da Gestão do Bolsa Família pela Política de Assistência Social*
1205 *e Controle Social pelos CRAS. Painel II: A Gestão Integrada do BPC com os Serviços Socioassistencial*
1206 *contribuindo para o fortalecimento do Controle Social. Encaminhamento da Presidência Ampliada:*
1207 *Tendo em vista a relevância do tema, a Presidência Ampliada propõe pautar o Eixo V – Gestão dos*
1208 *Benefícios de Transferência de Renda do SUAS, considerando a ementa proposta pela Comissão na*
1209 *Plenária do CNAS do dia 18 de setembro de 10h30 as 12h, conforme minuta de pauta da 215ª Reunião*
1210 *Ordinária do CNAS. 3.3: Informe da Secretaria de Regulação e Supervisão Superior do Ministério da*
1211 *Educação. A Secretaria de Regulação e Supervisão Superior do MEC por meio do ofício 2422 de 2013,*
1212 *informa que instaurou procedimento administrativo de supervisão de certificação de entidade*
1213 *beneficente de Assistência Social nos termos da Portaria nº 325 de 2013, referente ao CEBAS da*
1214 *Sociedade Educacional Uberabense, atinente ao período de 01 de janeiro de 2004 a 31/12/2006,*
1215 *concedido pelo CNAS quando a análise do processo nº 44006.001002/2003-92. Em resposta ao*
1216 *expediente, a Secretaria Executiva do CNAS encaminhou ao MEC a pesquisa de histórico da referida*
1217 *entidade contendo todas as informações referentes aos processos que tramitaram nesse Conselho.*
1218 *3.4: Solicitação da entidade Associação Sulina do Rio Grande do Sul – ASCAR. A ASCAR enviou*
1219 *documentação ao CNAS solicitando contribuir com os trabalhos do CNAS de reger as ações e*
1220 *atividades de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, especialmente quanto as*
1221 *necessidades da população rural, como forma de concretizar a PNAS dos serviços, programas, projetos*
1222 *e benefícios socioassistenciais prestados à população rural. Encaminhamento da Presidência*
1223 *Ampliada: Encaminhar o expediente a SNAS para conhecimento e manifestação. Item IV: Carta do*
1224 *FONSEAS ao CNAS sobre a reunião descentralizada e ampliada. O FONSEAS congratula o CNAS pela*
1225 *excelência organizativa e de discussão teórica durante a realização da reunião descentralizada e*
1226 *ampliada que foi relevante ao debate acerca da gestão e do financiamento da Assistência Social no*
1227 *país. No momento de preparação do debate e deliberações da IX Conselho Nacional de Assistência*
1228 *Social. No mesmo documento solicita a disponibilização do documento de degravação da referida*
1229 *reunião. Encaminhamento da Presidência Ampliada: Disponibilizar a ata da reunião descentralizada e*

1230 *ampliada do CNAS aprovada no dia 21 de agosto de 2013, durante a 214ª Reunião Ordinária do CNAS,*
1231 *sendo documento oficial desse Conselho de domínio público. E informar que as falas da reunião serão*
1232 *disponibilizadas após a revisão dos palestrantes. Item V: Discussão no âmbito do CNAS da Mesa*
1233 *Nacional de Negociação Permanente. A Secretaria Nacional de Assistência Social solicita que o CNAS*
1234 *formule por meio do segmento dos trabalhadores orientações de diretrizes básicas, visando a*
1235 *instalação da Mesa de Negociação do SUAS, como forma de participar dessa construção que é uma*
1236 *deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento da Presidência*
1237 *Ampliada: Solicitar reunião com a SNAS para verificação do acúmulo entorno desse debate pela*
1238 *Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho do SUAS, DGSUAS/CNAS. Deverá também ser convidado*
1239 *além dos Conselheiros que representam o segmento dos trabalhadores do SUAS, a executiva do Fórum*
1240 *Nacional de Trabalhadores do SUAS, considerando também a apresentação do acúmulo destes*
1241 *participantes. O produto dessa reunião será enviado para apreciação e providências da SNAS.*
1242 *Assinado: Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do CNAS”. A Conselheira Cláudia indicou o item*
1243 *1, convite para o Simpósio Internacional sobre drogas, agradecendo o convite por ter um*
1244 *compromisso nessa oportunidade, assim como o Conselheiro Fábio. A Presidenta indicou que a*
1245 *Conselheira Leila completaria essas ausências, destacando a importância da participação do CNAS. A*
1246 *Conselheira Nilsia agradeceu a indicação para o evento de Lagos, indagando o responsável na*
1247 *Secretaria da Presidência da República para saber a possibilidade da inserção do CNAS no avião da*
1248 *comitiva da Presidenta da República, com a Conselheira Dóris sugerindo que os convites não fossem*
1249 *declinados. O Conselheiro Thiago citou o Item 1.4, indicando que apesar de não ter sido convidado,*
1250 *participaria do evento da Associação Paulista de Fundações como pessoa física, com a Presidenta*
1251 *propondo que a Presidência Ampliada participasse de sua indicação. O Conselheiro José Araújo*
1252 *ponderou que o Pleno poderia decidir essa indicação, com a concordância da Conselheira Dóris, que*
1253 *sugeriu que o convite fosse estendido para os quatro Conselheiros de São Paulo. A Conselheira Marisa*
1254 *falou sobre a discussão realizada na Presidência Ampliada, com a Conselheira Leila tendo ficado*
1255 *encarregada de consultas a Sociedade Civil e o governo sobre essas indicações, defendendo o nome*
1256 *do Conselheiro Thiago. Solicitou que o encaminhamento fosse revisto, com a Sociedade Civil*
1257 *decidindo essas indicações, conforme colocado anteriormente na Reunião Ampliada, com a*
1258 *Presidenta concordando com o repasse dessa solicitação para a Conselheira Leila. A Presidenta*
1259 *concordou com a colocação do Conselheiro José Araújo, com as Comissões tomando as decisões e*
1260 *sendo finalizadas no Pleno, concordando com a indicação do Conselheiro Thiago. A Presidenta indicou*
1261 *a outra proposta da Conselheira Dóris com relação a fazer a consulta aos Conselheiros da Sociedade*
1262 *Civil presentes, ficando encarregada de consultar os Conselheiros paulistas, assim como a Conselheira*
1263 *Maria Godói, para fazer essa indicação até o final da reunião. A Conselheira Margareth destacou a*
1264 *necessidade de destacar a representatividade do Conselheiro, governamental ou não governamental,*
1265 *como expositor da proposta do CNAS, e não contar com a sua disponibilidade. A Presidenta*
1266 *concordou com essa colocação, questionando se seria necessária a presença do CNAS, sugerindo*
1267 *enviar um ofício agradecendo o convite e desejando sucesso para o evento. Solicitou ajuda ao Pleno*
1268 *para encaminhar a questão, indagando se seria importante para o CNAS estar no encontro da*
1269 *Associação Paulista de Fundações. O Conselheiro José Araújo discorreu sobre a representação do*

1270 CNAS, com o Regimento Interno trazendo essas diretrizes, sugerindo encaminhar a votação como
1271 sendo importante ou não a participação do CNAS e, em caso positivo, quem o deveria representar. A
1272 Presidenta esclareceu que a Presidência Ampliada já tinha feito colocado que não haveria
1273 necessidade da presença do CNAS, indicando as colocações feitas, mas sendo contra levar a questão
1274 para o Pleno, com o Conselheiro José Araújo ponderando se seria interesse ou não do CNAS ter essa
1275 representação. O Conselheiro Volmir justificou seu atraso, ponderando que não haviam definido a
1276 presença do CNAS, com o assunto tendo surgido devido à informação de presença do Conselheiro
1277 Thiago. A Conselheira Dóris observou que como o assunto já havia sido definido na Ampliada, não
1278 entendendo que devesse ser tratado novamente. O Conselheiro Thiago confirmou sua presença,
1279 declinando de indicação do CNAS para encerrar a questão. Após mais algumas colocações, a
1280 Presidenta agradeceu as falas, sugerindo que nas próximas reuniões da Presidência Ampliada
1281 aprofundassem essas questões. No item II, representação do CNAS, com a indicação do Conselheiro
1282 José Araújo para representar no III Encontro Ibero-Americano sobre pessoas idosas no dia 30 de
1283 setembro a 02 de outubro, que aceitou esse convite. Prosseguindo, indicou o item III, informe, com a
1284 Conselheira Aldenora indagando se seriam enviados dois trabalhos, um para posicionamento na mesa
1285 de abertura e o outro para a palestra magna, com a concordância da Presidenta. A Presidenta indagou
1286 se havia algum esclarecimento sobre os informes, destacando o Eixo V, Gestão dos Benefícios, o qual
1287 seria trazido na pauta da próxima reunião. Com relação ao Item IV, Carta do FONSEAS ao CNAS,
1288 indicou que repassariam para o Fórum as falas da Reunião Descentralizada, com a Conselheira
1289 Margareth lembrando que a data aprovada havia sido 16 de setembro, às 13h30. O Conselheiro
1290 Edivaldo solicitou esclarecimentos sobre a memória, com a Presidenta indicando que o texto tratava
1291 da VIII Conferência Nacional. O Conselheiro José Ferreira da Crus observou ser questão de redação,
1292 com a SNAS solicitando ao CNAS que em conjunto com o do Fórum Nacional dos Trabalhadores do
1293 SUAS, o debate sobre o processo de instalação da Mesa Nacional de Negociação do SUAS, saindo com
1294 um produto desse encontro. O Conselheiro José Araújo indagou se a SNAS havia encaminhado um
1295 ofício ou estava presente na Ampliada, com a Presidenta esclarecendo que havia sido via
1296 memorando. O Conselheiro José Ferreira da Crus esclareceu ser fruto de um processo de
1297 monitoramento das deliberações das Conferências, com o GT de Monitoramento tendo subsidiado
1298 essa intervenção do CNAS, considerando a importância dessa demanda. A Presidenta informou ter
1299 conversado com a Conselheira Leila sobre a necessidade de fazer cobranças mais incisivas. A
1300 Presidenta indicou a pauta da 215ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional, nos dias 17, 18 e 19 de
1301 setembro: dia 16, reunião extraordinária da Comissão de Financiamento; dia 17 a 19, reunião das
1302 Comissões de 9h às 16h; 16h às 18h, reunião da Presidência Ampliada; dia 18, aprovação das atas e da
1303 pauta, informes da presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros;
1304 10h30 às 12h, painel sobre a gestão de benefícios e transferência de renda, Eixo V da Conferência
1305 Nacional; 14h às 18h, relato da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência
1306 Social; dia 19, relato da Presidência Ampliada; 10h30 às 12h, relato da Comissão de Normas; 14h às
1307 15h, relato da Comissão da Política; 15h30 às 17h, relato da Comissão de Acompanhamento aos
1308 Conselhos; e, relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Informou a
1309 inclusão do item do Eixo V, para atender a Comissão de Acompanhamento a Benefícios e

1310 Transferência de Renda. A Conselheira Margareth informou ter sido aprovado no pleno passado que a
1311 reunião conjunta entre Comissão de Acompanhamento aos Conselhos com a Comissão de Normas
1312 seria realizada no mês seguinte, tendo sido aprovado na Comissão de Acompanhamento aos
1313 Conselhos que chegaria à memória, no dia 16, à tarde Normas e Acompanhamento aos Conselhos
1314 discutiriam sua pauta individual, e de 9h às 12h, a reunião conjunta. A Presidenta indicou a alteração
1315 no dia 17, com as Comissões Temáticas, de 9h às 12h, reunião conjunta da Comissão de Normas e
1316 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. A Conselheira Marisa indicou que precisava consultar
1317 a Comissão de Normas se essa reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
1318 atenderia, considerando a discussão da Resolução 16, indagando aos conselheiros Thiago e Cláudia
1319 sua posição. O Conselheiro Thiago indagou qual era a pauta conjunta a ser tratada da Comissão de
1320 Normas e de Acompanhamento dos Conselhos, com a Presidenta indicando ser para o processo de
1321 escolha da Sociedade Civil, de 12h às 16h. A Conselheira Cláudia destacou a importância da discussão
1322 da Resolução 16, que possivelmente iria para a Comissão de Normas em outubro para a finalização da
1323 proposta. O Conselheiro Fábio observou que a reunião conjunta estava prevista das 9h às 12h, se a de
1324 Norma de 14h as 16h, propondo iniciar de 13h às 16h, com uma hora de almoço, com a concordância
1325 da Presidenta. A Conselheira Cláudia falou sobre a proposta da Sociedade Civil para a recomposição
1326 das Comissões: Comissão de Política: Conselheira Marilena da FENAPAES; Comissão de
1327 Financiamento: Coordenadora, Conselheira Margareth, e Coordenador-Adjunto, Conselheiro
1328 Anderson; Comissão de Normas: Conselheiro Volmir; Comissão de Conselhos: Coordenação,
1329 Conselheira Aldenora, e Coordenador-Adjunto, Conselheiro Ademar; Comissão de Ética: Conselheiro
1330 Anderson; e, Comissão de Benefícios e Transferência de Renda: Conselheira Nilsia, com a Presidenta
1331 destacando a alteração de Coordenadores, solicitando seu envio oficial. **Item Relato da Comissão de**
1332 **Normas**, pela Conselheira Marisa: *“Memória da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social.*
1333 *Reunião Ordinária 006 de 2013. Data: 20/08/2013. Local: CNAS. Conselheiras presentes: Marisa*
1334 *Rodrigues, Coordenadora; Cláudia Laureth Faquinote, Simone Aparecida Albuquerque, Thiago Barbosa*
1335 *Ferreira Cabral. E convidados: Alessandra Lopes Gadioli, Diretora Substituta do Departamento da Rede*
1336 *Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MDS; Ana Paula Gonçalves, Coordenadora-Geral de*
1337 *Acompanhamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MDS; Rodrigo Sagastume,*
1338 *Coordenador-Geral de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – DRSP/MDS;*
1339 *Amanda Simone Silva, DRSP/MDS; Maria Helena Osório – DRSP/MDS; Secretaria Executiva do CNAS,*
1340 *Cristiane Camargo, Dialuana Loup, Douglas Amaro; Ezidênio Pereira e Rosângela da Silva Almeida.*
1341 *Apresentação pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MDS das*
1342 *informações trimestrais sobre os processos de certificação de entidades de Assistência Social conforme*
1343 *disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS nº 18/2011. A Coordenadora da Comissão de Normas da*
1344 *Assistência Social, a Sra. Marisa Rodrigues iniciou os trabalhos da Comissão fazendo uma homenagem*
1345 *a Antônio Celso Pasquini que faleceu no dia 19 de agosto de 2013 e que foi Conselheiro do CNAS em*
1346 *três mandatos, representando a Sociedade Civil, tendo sido também Coordenador na Gestão de*
1347 *Normas na gestão anterior. Após a Diretora Substituta do Departamento da Rede Socioassistencial*
1348 *Privada do SUAS – DRSP, Sra. Alessandra Lopes Gadioli, apresentou o novo Coordenador-Geral de*
1349 *Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social, o Sr. Rodrigo Sagastume e a nova*

1350 Assessora, a Sra. Maria Helena Osório, ambos com formação jurídica. Informou também que foram
1351 recebidos 2.209 e-mails no trimestre, e respondido 1.755 e-mails com esclarecimento de dúvidas,
1352 envios de comprovantes de protocolo, etc. Que a partir de junho o DRSP contou mais cinco
1353 profissionais, advindo do concurso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.
1354 E no mês de agosto com mais cinco servidores do concurso de análise de políticas sociais do Ministério
1355 do Planejamento. Em seguida apresentou a Comissão de Normas de Assistência Social em
1356 cumprimento ao disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS nº 18/2011, informações sobre o relatório
1357 trimestral do processo de certificação de entidades de Assistência Social e prestou alguns
1358 esclarecimentos. O documento apresentado pelo DRSP é composto por tabelas e gráficos
1359 referenciando de forma estatística e clara a situação dos processos de certificação. A Sra. Alessandra
1360 entregou também um CD contendo diversas planilhas sobre os referidos processos. Discorreu também
1361 sobre o projeto de lei para alteração do processo de certificação que foi realizado pela Casa Civil da
1362 Presidência da República que contou com a presença da Sociedade Civil por meio de algumas
1363 entidades representantes e com os segmentos parlamentares. Deputado Paulo Teixeira de São Paulo,
1364 João Dado de São Paulo, Aline Corrêa de São Paulo, Gabriel Chalita de São Paulo, Antônio Brito, Bahia
1365 e Érika Kokay, DF. Raimundo Gomes de Matos, Ceará; Eduardo Barbosa, Minas Gerais; e Paulo
1366 Ferreira, Rio Grande do Sul. Entre as principais alterações propostas, destacou os seguintes pontos: a
1367 validade do certificado de cinco anos, os protocolos/requerimentos feitos entre a data da publicação
1368 da Lei nº 12.101/2009 até 31 de outubro de 2010, serão considerados tempestivos as entidades de
1369 habilitação e reabilitação serão de competência para certificação do MDS. As entidades de Assistência
1370 Social que ofertam o serviço de jovem aprendiz nas ações protetivas do ECA – Estatuto da Criança e
1371 Adolescente serão certificadas pelo MDS. As casas de apoio que ofertam acolhimento de pessoas
1372 durante o tratamento de doenças graves e em especial o câncer e AIDS fora do seu município de
1373 residência serão certificados pelo MDS. As comunidades terapêuticas serão certificadas pelo
1374 Ministério da Saúde, as entidades que promovem integração no mercado de trabalho serão
1375 certificadas pelo MDS. Encaminhamentos: 1.1- Levar para a Presidência Ampliada a proposta de
1376 convidar representantes dos parlamentares envolvidos na proposta do projeto de lei para diálogo com
1377 o CNAS sobre a matéria interna. 1.2: Encaminhar para todos os Conselheiros o relatório trimestral
1378 apresentado pelo DRSP, bem como os arquivos constantes no CD. 2: Discussão acerca do processo de
1379 eleição dos representantes da Sociedade Civil no CNAS/Vacância. Após a discussão acerca da vacância
1380 dos representantes da Sociedade Civil no CNAS, a Comissão de Normas de Assistência Social sugere a
1381 inclusão da redação no § 2º do Artigo 4º do regimento interno, Resolução CNAS nº 06/2011, e a
1382 inserção de um § 5º no mesmo artigo. Artigo 4º: O colegiado do CNAS é composto por 18 membros
1383 titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Presidente da República cujos nomes são indicados
1384 ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de acordo com os seguintes critérios: 1-
1385 Nove representantes governamentais incluindo um representante dos estados e um representante dos
1386 municípios; Nove representantes da Sociedade Civil escolhidos em fórum próprio nos termos da
1387 regulamentação fixada pelo CNAS e sob fiscalização do Ministério Público Federal com as seguintes
1388 composições: três representantes dos usuários ou de organizações de usuários da Assistência Social,
1389 três representantes das entidades e organizações da Assistência Social e três representantes dos

1390 *trabalhadores do setor de Assistência Social. § 1º: A titularidade da representação da Sociedade Civil e*
1391 *respectiva suplência serão exercidas pelas entidades com o maior número de votos obtidos em cada*
1392 *um dos segmentos das representações de que trata esse artigo. § 2º: O 1º Suplente da representação*
1393 *da Sociedade Civil exercerá a suplência do 1º Titular. O 2º Suplente exercerá o do 2º Titular e da*
1394 *mesma forma o 3º Suplente exercerá a suplência do 3º Titular. Todos sempre dentro da mesma*
1395 *categoria de representação. Esse critério de representação é válido para as deliberações em Plenária,*
1396 *não válido em caso de vacância, ocasião na qual se observará o disposto no § 5º deste artigo. § 3º: Os*
1397 *representantes governamentais titulares e suplentes serão indicados pelos Ministros de Estado*
1398 *conforme dispuser o ato do poder executivo federal, assim como a definição de correspondência da*
1399 *titularidade e da suplência, com exceção dos representantes dos estados e municípios. § 4º: Os*
1400 *representantes governamentais, titulares e suplentes dos estados serão escolhidos nos Fórum*
1401 *Nacional de Assistência Social – FONSEAS e dos municípios do Colegiado Nacional dos Gestores*
1402 *Municipais de Assistência Social – CONGEMAS. § 5º, a inclusão: Em caso de vacância do Conselheiro*
1403 *da Sociedade Civil, será convocado para ocupar a vacância, Conselheiro sequencialmente mais votado*
1404 *no processo eleitoral. No caso de empate de votos, prevalecerá o candidato com mais idade.*
1405 *Encaminhamentos: a Comissão de Normas sugere a Plenária as inclusões no regimento interno*
1406 *conforme posto acima. 2.2: Que a Secretaria Executiva apresente proposta de elaboração de*
1407 *resolução acerca da vacância dos Conselheiros da Sociedade Civil para ser discutida na sessão de*
1408 *normas. 3: Discussão sobre a ausência dos Conselheiros nas reuniões ordinárias. A Comissão de*
1409 *Normas da Assistência Social, após a leitura do Artigo 12 do regimento interno do CNAS e de debater*
1410 *sobre o assunto fez a seguinte proposta. Encaminhamento. 3.1: Recomendar a Presidência Ampliada*
1411 *que oriente ao governo ou Sociedade Civil quando das ausências dos Conselheiros por três reuniões*
1412 *consecutivas ou cinco intercaladas, observando que as ausências acarretam prejuízos tanto na*
1413 *representatividade, quanto no desenvolvimento dos trabalhos do CNAS. 4: Inclusão no regimento*
1414 *interno das reuniões regionalizadas, bem como das reuniões trimestrais do CNAS, CONSEAS e CASDF.*
1415 *A Secretaria Executiva elaborou uma minuta com a inserção de dois parágrafos, 4º e 5º, no Artigo 9º*
1416 *do regimento interno que foi apreciada pela Comissão. Artigo 9º: O CNAS reunir-se-á ordinariamente*
1417 *uma vez por mês, por convocação do seu Presidente ou extraordinariamente por convocação da*
1418 *presidência, ou de pelo menos 1/3 de seus membros, observado o prazo preferencial de 13 dias para a*
1419 *convocação de reunião. § 1º: O calendário anual de reuniões ordinárias será aprovado pelo Colegiado*
1420 *até o mês de dezembro do exercício anterior. § 2º: A realização de reunião ordinária no mês de janeiro*
1421 *fica facultada a deliberação do Colegiado quando da aprovação do calendário anual de reuniões*
1422 *ordinárias. § 3º: Dentre as reuniões ordinárias serão programadas de duas a quatro reuniões anuais*
1423 *de caráter descentralizado e ampliado. § 4º é inclusão: o CNAS realizará semestralmente reuniões*
1424 *regionalizadas com os CEAS – Conselhos Estaduais de Assistência Social e CASDF – Conselho de*
1425 *Assistência Social do Distrito Federal, atendendo as especificações das cinco regiões do país, com o*
1426 *objetivo de discutir questões afetas ao Controle Social do SUAS e ao planejamento das ações do CEAS*
1427 *e CASDF, tendo por base os resultados do Censo/SUAS e das deliberações das conferências de*
1428 *Assistência Social. Inciso I: As reuniões regionalizadas ocorrerão apenas no primeiro semestre nos*
1429 *anos em que forem realizadas as conferências de Assistência Social. § 5º: O CNAS realizará reuniões*

1430 trimestrais com os CEAS e CASDF, considerando a importância de construir uma agenda de debates e
1431 ações em conjunto. Encaminhamento. 4.1: A Comissão de Normas sugere a Plenária que seja feita a
1432 inclusão dos §§ 4º e 5º do Artigo 9º do regimento interno do CNAS. 5: Análise e manifestação da carta
1433 aberta do Fórum de Assistência Social da cidade de São Paulo, FAS, a população da cidade de São
1434 Paulo sobre a situação de entidade no Conselho Municipal de Assistência Social em São Paulo. A
1435 referida carta foi encaminhada a Comissão de Normas para análise e manifestação conforme
1436 deliberação da Plenária na reunião de julho de 2013. O Conselheiro Thiago solicitou a inclusão da
1437 leitura da nota de repúdio a carta aberta do FAS – Fórum de Assistência Social da cidade de São Paulo,
1438 elaborada pelo FEBAS – Fórum Municipal de Entidades Benéficas de Assistência Social por ter
1439 pertinência ao assunto. A Comissão acatou a inclusão da leitura desta nota. Foram realizadas as
1440 leituras da carta do FAS e da nota de repúdio do FEBAS. Encaminhamento. 5.1: Observar a autonomia
1441 dos Conselhos de Assistência Social em resolver conflitos de âmbito local na medida em que o CNAS
1442 não tem prerrogativas sobre a matéria. Definição de pauta da reunião da Comissão no mês de
1443 setembro: continuação do debate acerca da Resolução CNAS 16/2010, e apreciação da minuta de
1444 resolução acerca da vacância elaborada pela Secretaria Executiva”, e também, não é Sra. Presidente,
1445 a inclusão da reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Marisa
1446 Rodrigues da Silva, Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência Social. A Conselheira Valéria
1447 indicou que no Item I, projeto de lei, relatava a realização de uma reunião com a Casa Civil da
1448 Presidência da República, com a presença da Sociedade Civil. Observando que o CNAS não havia sido
1449 convidado a participar desse debate do Projeto de Lei 1201, que também tratava da certificação das
1450 entidades. O Conselheiro José Araújo concordou com a necessidade de ter essa resposta,
1451 interessando à Sociedade Civil. A Conselheira Marisa informou que a Sra. Alessandra, Diretora
1452 Substituta, havia trazido esse assunto para a Comissão de Normas, sugerindo que levassem para a
1453 Presidência Ampliada convidar um membro da Comissão para participar desse processo, ampliando o
1454 diálogo e a participação nessa discussão. O Conselheiro Thiago concordou com a Conselheira Marisa,
1455 destacando a importância dessa norma para o CNAS, discorrendo sobre esse projeto e a importância
1456 de o Conselho estar presente no legislativo para contribuir com as questões. O Conselheiro José Crus
1457 concordou com essa fala, indagando à Conselheira Marisa o porquê desse debate não ter sido levado
1458 para a última reunião da Presidência Ampliada. Questionou como poderiam chamar todos os
1459 deputados envolvidos para o Pleno acompanhar esse processo, devendo se pensar em um critério
1460 para isso. A Conselheira Marisa informou ter levado o assunto para a Presidência Ampliada como
1461 informe da Comissão, agradecendo ao Conselheiro José Crus e concordando que essa discussão fosse
1462 ampliada para esse Pleno e que definissem o critério dos convites aos parlamentares. O Conselheiro
1463 Thiago esclareceu que na lista de deputados constavam dois ex-Presidentes do CNAS, Antônio Brito e
1464 Eduardo Barbosa. O Conselheiro Ademar indagou se já era um projeto de lei, com a Presidenta
1465 informando que já havia sido dada entrada esse projeto de lei, o que seria repassado para todos. O
1466 Conselheiro Ademar concordou com o acesso à proposta integral, discorrendo sobre a preocupação
1467 de que esse processo fosse inserido o mais rápido possível. A Presidenta observou que seriam
1468 chamados para a pauta de setembro, com a Conselheira Marisa indicando ser essa a proposta feita. O
1469 Conselheiro José Araújo sugeriu alteração no texto, substituindo “*integração ao mercado de trabalho*

1470 *serão certificados*”, por *“mundo do trabalho”*, na segunda folha, última linha do parágrafo, com o
1471 Conselheiro Ademar discorrendo sobre a impossibilidade de fazer essa alteração, ao que a Presidenta
1472 lembrou que a pauta já havia sido aprovada, mas que analisariam como inserir essa discussão sem
1473 prejuízo do que já estava definido. Observou que surgiam procedimentos após a realização da
1474 Presidência Ampliada, com o Conselheiro José Araújo sugerindo que quando houvesse pontos de
1475 pauta, as Comissões já informassem na Presidência Ampliada. Falou sobre a necessidade de quorum
1476 qualificado para, a discussão acerca do processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil no
1477 CNAS/Vacância, indagando sobre os prejuízos com a ausência da Vice-Presidenta, tratando-se de uma
1478 mudança de regimento interno. Indicou a possibilidade de encaminhar esse item para votação apenas
1479 no Pleno que a Vice-Presidente estivesse presente. O Conselheiro José Araújo ponderou que existindo
1480 quorum para deliberar, não havia a necessidade da presença da Vice-Presidente ou de outros
1481 Conselheiros que não estivessem presentes. O Conselheiro José Crus questionou a redação do item
1482 2.2: *“que a Secretaria Executiva apresente proposta de elaboração de resolução acerca da vacância*
1483 *dos Conselheiros da Sociedade Civil para ser discutida ainda na Comissão de Normas”*, ponderando
1484 que ainda não estavam em processo de votação. A Presidenta esclareceu que a resolução sobre a
1485 vacância seria construída para o debate na Comissão de Normas, tratando-se apenas de uma
1486 alteração no regimento interno, com a Conselheira Marisa esclarecendo que essa discussão não
1487 tratava de aprovação, com a Presidenta complementando que era votação sobre mudança de
1488 regimento interno, com base no trabalho apresentado pela CONJUR. O Conselho José Araújo citou o
1489 item 2.1: *“a Comissão de Normas sugere a Plenária as inclusões no regimento interno conforme*
1490 *exposto acima”*, o que precisava ser alterado, assim como o § 5º: *“Em caso de vacância do*
1491 *Conselheiro da Sociedade Civil, estará convocado para ocupar a vaga o Conselheiro sequencialmente*
1492 *mais votado no processo eleitoral, no seu segmento.”* E no § 2º o final: *“Dentro da mesma categoria*
1493 *de representação.”* O Conselheiro Thiago concordou com essas alterações, citando o Artigo 24 do
1494 Regimento e observando que para sua alteração, precisava ser incluído na pauta para o mês de
1495 setembro. A Presidenta indicou o encaminhamento do Conselheiro José Araújo para fazer essa
1496 votação, mesmo com a ausência da Vice-Presidente, considerando a existência de quórum
1497 qualificado. O Conselheiro José Araújo observou que em função da mudança do encaminhamento da
1498 Comissão de Normas deveria ser feito em setembro, considerando a mudança de encaminhamento e
1499 que seria discutido na Comissão de Normas, transformado em Resolução e vindo para aprovação do
1500 Pleno no próximo mês. A Presidenta indagou se também traria a Resolução da Vacância, com o
1501 Conselheiro Thiago informando que não, mas com o Regimento falando que era pauta específica,
1502 tendo que ser convocados para essa votação. Que em setembro a conselheira Leila estaria presente e
1503 que seria pauta específica. Após algumas colocações, a Conselheira Marisa concordou com o
1504 Conselheiro Thiago, e com a Presidenta indicando haver consenso para ser feito em setembro. A
1505 Secretária-Executiva esclareceu que matéria de quórum qualificado era sempre anunciada, com a
1506 Comissão de Normas, quando da aprovação da pauta na reunião anterior, já sinalizava que haveria
1507 um estudo e uma alteração do regimento interno proposto, esclarecendo como seria feita essa
1508 alteração. A Presidenta observou que essa votação não seria feita nesse momento, considerando a
1509 alteração do encaminhamento. No item Discussão sobre a ausência dos Conselheiros nas reuniões

1510 ordinárias, o Conselheiro José Crus indicou a redação “*O governo ou Sociedade Civil.*” devendo ser
1511 “*governo e Sociedade Civil*”. No Item 4 inclusão do regimento interno das reuniões regionalizadas,
1512 bem como das reuniões trimestrais, que constava da pauta anterior, o Conselheiro José Crus sugeriu
1513 no Artigo 9º, § 4º, Inciso I: “*As reuniões regionalizadas ocorrerão apenas no primeiro semestre nos*
1514 *anos em que forem.*” Sugerindo ficasse “*Em anos de realização das Conferências de Assistência*
1515 *Social.*” Sugerindo, também, “*As reuniões regionalizadas ocorrerão apenas no primeiro semestre nos*
1516 *anos de realização das Conferências de Assistência Social.*” A Presidenta, considerando as colocações
1517 feitas, indagou ao Pleno se votariam a alteração do regimento interno, com a Conselheira Marisa
1518 indicando que caberia consultar aos demais Conselheiros sobre a questão. A Presidenta colocou para
1519 a Plenária a alteração da nomenclatura de reunião regionalizada, sugerindo “*Reunião Regional do*
1520 *Conselho Nacional com os CEAS*”. O Conselheiro José Araújo indagou à Secretária-Executiva e ao Pleno
1521 se uma resolução do CNAS poderia ser modificada somente por outra resolução, com o Conselheiro
1522 José Ferreira da Crus ponderando que poderia ser alterada por uma decisão da Plenária. O
1523 Conselheiro José Ferreira da Crus observou que estavam propondo uma alteração do regimento,
1524 assim como em outras normas, mas com o mesmo não perdendo sua primeira resolução, com a
1525 concordância do Conselheiro Volmir. O Conselheiro Idervânio observou que a resolução anterior
1526 passaria a vigorar com a redação dada pela nova resolução e se, considerando a sua nomeação, essa
1527 alteração estava prevista em pauta, com a Presidenta confirmando esse questionamento e com os
1528 novos textos sendo apresentados ao Pleno após trabalhados pela Comissão de Normas, esclarecendo
1529 esse procedimento. Prosseguindo, a Presidenta indicou a questão das reuniões regionais e a da
1530 Secretaria Executiva: “*O objetivo de discutir questões afetas ao Controle Social do SUAS e do*
1531 *planejamento das ações dos CEAS, planejamento das ações dos CEAS.*” Que deveria ser colocada
1532 como pauta e não como objetivo. Que a proposta era colocar uma vírgula depois do SUAS: “*O CNAS*
1533 *realizará semestralmente reuniões regionais com os CEAS e CAS/DF, atendendo a especificações das*
1534 *cinco regiões do país, com o objetivo de discutir questões afetas ao Controle Social do SUAS, tendo por*
1535 *base os resultados do Censo.*” Indiciou que colocaria ponto após o termo SUAS, porque todo o resto
1536 era pauta, lendo as inserções para proceder à votação qualificada: “*Inclusão no regimento interno das*
1537 *reuniões regionalizadas bem como das reuniões trimestrais do CNAS com o CEAS e CAS/DF, Artigo 9º -*
1538 *O CNAS reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês por convocação do seu Presidente ou*
1539 *extraordinariamente por convocação da Presidência ou de pelo menos um terço de seus membros,*
1540 *observado prazo preferencial de 13 dias para a convocação da reunião. § 1º - Calendário anual de*
1541 *reuniões ordinárias será aprovado pelo Colegiado até o mês de dezembro do exercício anterior. § 2º -*
1542 *A realização de reunião ordinária do mês de janeiro fica facultado a deliberação no Colegiado, quando*
1543 *da aprovação do calendário anula das reuniões ordinárias. § 3º - Dentre as reuniões ordinárias serão*
1544 *programadas de duas à quatro reuniões anuais de caráter descentralizado.*” Inserção: “*§ 4º - O CNAS*
1545 *realizará semestralmente reuniões regionais com o CEAS, Conselhos Estaduais de Assistência Social e*
1546 *CAS/DF, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, atendendo as especificações das cinco*
1547 *regiões do país, com o objetivo de discutir questões afetas ao Controle Social do SUAS. Inciso I – As*
1548 *reuniões regionais ocorrerão apenas no primeiro semestre nos anos de realização das Conferências de*
1549 *Assistência Social. § 5º - O CNAS realizará reuniões trimestrais com os CEAS e CAS/DF, considerando a*

1550 *importância de construir uma agenda de debates e ações em conjunto.*” A Secretária- Executiva
1551 procedeu à chamada para votação, indicando, para registro, que o Plenário estava votando pela
1552 inclusão do § 4º e § 5º no Artigo 9º, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Assistência Social.
1553 Conselheiros na titularidade: Conselheira Aldenora: “Pela inclusão dos parágrafos no regimento
1554 interno”. Conselheira Léa: “Bom dia a todos e todas. Eu voto, estou de acordo com a inclusão do
1555 parágrafo”. Conselheiro Edivaldo: “Eu voto pela inclusão”. Conselheira Margareth: “Voto pela inclusão
1556 no regimento interno”. Conselheiro Volmir: “Eu voto pela inclusão”. Conselheiro Idervânio: “Pela
1557 inclusão”. Conselheiro José Crus: “Voto pela inclusão, com a certeza de que cada vez mais esse
1558 Conselho alcança, amplia o seu caráter democrático, participativo. Então, pela inclusão dos dois
1559 parágrafos”. Conselheiro Ademar: “Pela inclusão”. Conselheira Valéria: “Pela inclusão”. Conselheira
1560 Jane: “Voto pela inclusão dos parágrafos”. Conselheira Marisa: “Voto pela inclusão”. Conselheira
1561 Presidenta Luziele: “Voto pela inclusão dos parágrafos. Cumprimentando a Coordenação de
1562 Acompanhamento aos Conselhos, que nos provou a esse Conselho Nacional a importância e a força
1563 dessa nova abordagem, dessa nova relação com os Conselhos de Assistência Social do Brasil. Inclusive
1564 com um grande reconhecimento por parte desses parceiros, então eu quero cumprimentar a
1565 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e a este CNAS, por essa renovação no que diz respeito
1566 a essa interação e, sobretudo, a este CNAS por obedecer o seu plano de ação, assim como nós
1567 decidimos no início dessa gestão, muito obrigada. Nesse caso, viu Conselheira Jane, não tenho a
1568 menor dúvida, que nós servimos de exemplo para os demais Conselhos, com toda certeza”. O
1569 Conselheiro Idervânio apontou a necessidade de correções técnicas, indicando algumas situações,
1570 com a Presidenta indicando que poderia fazer essas alterações, juntamente com a Secretaria-
1571 Executiva. No item 6, definição de pauta da reunião da Comissão do mês de setembro, o Conselheiro
1572 Thiago indicou que a reunião conjunta seria na parte da manhã, de 9h às 12h e a outra de 13h às 16h,
1573 devendo ser colocado mais um item. A Presidenta indicou *“Continuação do debate acerca da
1574 Resolução CNAS 16. Apreciação da minuta de acerca da vacância, elaborada pela Secretaria Executiva
1575 e Reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos das 9h às 12h.”* e
1576 *“Orientações de Processo de Escolha dos Representantes da Sociedade Civil.”* A seguir, a Presidenta
1577 considerou aprovado pelo Pleno o Relato da Comissão de Normas. O Conselheiro Thiago justificou sua
1578 ausência no período da tarde, por compromissos institucionais. A Presidenta solicitou que a
1579 Conselheira Léa Braga fizesse o informe, que passou a relatar a entrega das lanchas da Assistência
1580 Social no Pará, destacando a importância dessa doação, que havia contado com a presença da
1581 Ministra. Registrou a alegria de ter contado com a presença dos Prefeitos na atividade, relatando sua
1582 participação no evento. Informou que estavam em contato com o Estado do Amazonas para fazer
1583 essa doação na última semana de setembro, e também o processo de capacitação. Informou a
1584 participação nos testes das lanchas, feito na base Naval de Belém, com esse ato tendo sido registrado
1585 e cujo material seria apresentado na Conferência Nacional. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a
1586 reunião para o almoço, solicitando a todos que retornassem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a
1587 reunião, a Presidenta comunicou a ausência do Conselheiro Anderson, por problemas de saúde. A
1588 Conselheira Léa passou a apresentar o material de entrega das lanchas nos municípios de Acará,
1589 Curalinho, Gurupá, Juruti, Marabá, Moju e Óbidos. Indicou que o restante do material seria

1590 apresentado assim que fosse recebido, aguardando a confirmação da Ministra para a entrega no
1591 Amazonas. A Conselheira Aldenora observou que gostaria de estar presente na entrega das lanchas
1592 no Amapá. A Secretária-Executiva procedeu à conferência do quorum: Ausências justificadas no
1593 período da tarde: Conselheiro Idervânio da Silva Costa, Conselheiro Anderson Lopes Miranda.
1594 Conselheiros na Titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, Conselheira Léa Lúcio
1595 Cecílio Braga, Conselheiro José Ferreira da Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro
1596 Ademar de Andrade Bertucci, Conselheiro Volmir Raimondi, Conselheira Aldenora Gomes González,
1597 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Conselheira Jane Pereira Clemente, Conselheiro Fábio
1598 Bruni, Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro, Conselheira Nilsia dos Santos, Conselheiro Edivaldo da
1599 Silva Ramos. Conselheiros na Suplência: Conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari, Conselheira Maria
1600 Lúcia Nogueira Marquim, Conselheira Dóris Margareth de Jesus, Conselheiro José Araújo da Silva.
1601 **Item Relato da Comissão de Política**, pelo Conselheiro José Ferreira da Crus: *“Memória da Comissão*
1602 *de Política, reunião 005 de 2013, realizada no dia 20/08/2013 de 09h às 16h no Conselho Nacional de*
1603 *Assistência Social. Conselheiros presentes: José Crus, Maria das Graças Soares Prola, Anderson Lopes*
1604 *Miranda, Edivaldo da Silva Ramos, Jane Pereira Clemente, Maria Aparecida do Amaral de Godói*
1605 *Farias, Marilena Ardore, Nilsia Lourdes dos Santos. Convidados: Jadir de Assis, Coordenador-Geral de*
1606 *Serviços Especializados à Famílias e Indivíduos, do Departamento de Proteção Social Especial do*
1607 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; José Crus, Coordenador-Geral da Gestão do*
1608 *Trabalho do SUAS; Telma Maranhão Gomes, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial do*
1609 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Participantes na qualidade de ouvintes*
1610 *desta Reunião da Comissão de Política: Déborah Akerman do Conselho Federal de Psicologia; Fábio*
1611 *Escaleira da ESPRO; Maria Boscaíno do Conselho Estadual de São Paulo; Marlene Merisse do Conselho*
1612 *Federal de Serviço Social; Neiva Cunha da FEBRAEDA; Regina Sartório da FEBRAEDA; Renata Neves da*
1613 *FEBRAEDA; Rosiane Soncini da ESPRO.” Vou pedir a Secretária-Executiva Dorinha para corrigir aí que a*
1614 *Neiva é da FEBRAEDA. “Secretaria-Executiva: Maria Auxiliadora Pereira; Ana Teresa Gomes, Maria*
1615 *Antônia Pereira Valente, Rosiele Bonfim. A Conselheira Graça Prola, Coordenadora Adjunta da*
1616 *Comissão de Política, iniciou a reunião justificando a ausência do Coordenador José Crus durante a*
1617 *parte da manhã em função de sua participação no processo de alinhamento dos conteúdos do*
1618 *Programa Nacional de Capacitação do SUAS junto a Instituição de Ensino Superior contratada pelo*
1619 *estado do Acre. Item I da pauta - Regionalização do SUAS. A Sra. Telma Maranhão, Diretora do*
1620 *Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social, apresentou o*
1621 *Sr. Jadir de Assis, Coordenador-Geral de Serviços Especializados à Famílias e Indivíduos, para*
1622 *assessorá-la na apresentação. A Diretora Telma fez um resgate histórico da construção do SUAS que*
1623 *em um primeiro momento priorizou a implantação da Proteção Social Básica, em 2008 foi dado início*
1624 *a implantação dos CREAS e a partir de então várias pactuações e reordenamentos já foram realizados*
1625 *e alguns reordenamentos estão em andamento no âmbito da Proteção Social Especial. Informou que a*
1626 *Secretaria Nacional de Assistência Social vem realizando debates internos sobre a regionalização do*
1627 *Sistema Único de Assistência Social. A regionalização de serviços socioassistenciais são em tese para*
1628 *municípios abaixo de 20 mil habitantes, porém existem municípios que não entrarão no processo de*
1629 *regionalização em função das grandes distâncias entre os municípios, como é o caso da região Norte e*

1630 parte de alguns outros estados. Nesses casos haverá a necessidade de implantação de CREAS.
1631 Ressaltou também que alguns estados já possuem o diagnóstico da regionalização, outros não. Em
1632 2010 a CIT instituiu uma Câmara Técnica para tratar desse tema tirando as seguintes considerações e
1633 conclusões que estão sendo consideradas no âmbito das discussões da Secretaria Nacional de
1634 Assistência Social: a regionalização dos serviços da Proteção Social Especial deve ser entendida como
1635 uma estratégia fundamental para garantir o acesso da população aos serviços especializados do
1636 Sistema Único de Assistência Social e por consequência aos direitos socioassistenciais e segurança
1637 afiançáveis pelo sistema. A regionalização aliada a estratégia de territorialização da Proteção Social
1638 Básica visa garantir a integralidade da proteção socioassistencial aos cidadãos em todos os municípios
1639 brasileiros. Os princípios da regionalização dos serviços da Proteção Social Especial: integralidade da
1640 Proteção Social, convívio familiar e comunitário, equidade e igualdade de direitos. Diretrizes da
1641 regionalização dos serviços da Proteção Social Especial: cooperação federativa, gestão compartilhada,
1642 gestão estadual, territorialização, planejamento, cofinanciamento e participação e controle social. O
1643 desenho da regionalização deve ser definido conjuntamente pelos entes federados sob a coordenação
1644 do estado, de modo a assegurar o acesso dos usuários ao conjunto de serviços da Proteção Social
1645 Especial de Média e Alta Complexidade resguardando a convivência familiar e comunitária. Identifica-
1646 se dois modelos distintos de implementação dos CREAS Regionais, sendo aquele baseado na
1647 afirmação da competência estadual e aquele baseado na delegação de competências para o
1648 município sede. Ressaltou a Diretora que o modelo executado pelo estado está tendo melhor
1649 resolutividade, há uma equipe do estado para atender um grupo de municípios vinculados ao CREAS
1650 Regional e cada um desses municípios deve ter um técnico de referência da Proteção Social Especial. A
1651 Secretaria Nacional de Assistência Social considera que a regionalização dos serviços socioassistenciais
1652 é o grande campo de intervenção dos estados, não defende e não inclui em seu debate o modelo de
1653 consórcio por considerar que a cota da prestação de serviço fica dividida entre os municípios e os
1654 estados entram apenas como subsidiários. Em seguida a Diretora falou sobre as pactuações e os
1655 desafios do reordenamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade que são,
1656 entre outros, a mudança de paradigma em relação à cultura do acolhimento que envolve reforçar o
1657 trabalho com a proteção à família; trabalhar com respeito as especificidades e diversidades culturais e
1658 étnicas; articulação sistemática já em processo com o Sistema de Justiça, o Conselho Nacional de
1659 Justiça e Ministério Público, para a construção de atuações propositivas na perspectiva da garantia do
1660 direito à convivência familiar e comunitária e proteção integral aos usuários do Sistema Único de
1661 Assistência Social, considerando que o papel da Assistência Social é de proteção e não de
1662 responsabilização; supervisão de gestão em relação à oferta dos serviços; equipe técnica qualificada
1663 para o atendimento por meio das ações de formação e capacitação permanente; e a necessidade de
1664 se criar pautas intersetoriais para todos os serviços socioassistenciais. A Secretaria Nacional de
1665 Assistência Social se disponibilizou para se reunir com representantes do Movimento Nacional de
1666 População em Situação de Rua para tratar de questões relacionadas aos serviços ofertados nos
1667 Centros Pop. Neste debate ficou claro a necessidade de se reforçar o debate do vínculo SUAS onde
1668 equipamentos públicos e entidades de Assistência Social assumam a defesa de direitos dos usuários
1669 aos serviços e benefícios, valorizando a atuação e articulação das entidades em relação ao papel dos

1670 CRAS, em especial ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, os PAIFS, e do CREAS,
1671 também em especial ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos, o
1672 PAEFI. Encaminhamentos: pautar na Comissão de Política a proposta de regionalização do SUAS após
1673 pactuação no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite; 1.2) fortalecimento dos Centros Pop
1674 garantindo protagonismo e a promoção da potencialização dos usuários; 1.3) pautar a discussão
1675 sobre o papel da gestão na retaguarda dos serviços socioassistenciais com relação intersectorial e em
1676 especial a articulação com o Sistema de Justiça; 1.4) pautar com a SNAS a discussão sobre a relação
1677 SINASE e SUAS conforme previsão no Plano de Ação da Comissão de Política; e 1.5) solicitar a Sra.
1678 Denise Carmo Direito, Coordenadora-Geral de Apoio à Integração de Ações da SENARC, o
1679 encaminhamento da agenda de mutirões previstos em sete estados para o trabalho de identificação e
1680 inclusão no Cadastro Único de grupos tradicionais específicos para acesso as políticas públicas e
1681 sociais, em especial aos serviços e benefícios socioassistenciais. Item II da pauta - Apresentação da
1682 metodologia das oficinas regionais pactuadas com os estados para a discussão do processo de
1683 reordenamento dos trabalhadores do SUAS de nível fundamental e médio. José Crus, Coordenador-
1684 Geral da Gestão do Trabalho do SUAS, apresentou a metodologia e estruturação das oficinas regionais
1685 com os trabalhadores de nível médio e fundamental do SUAS que acontecerão nas cinco regiões do
1686 país. Ele ressaltou que no âmbito do SUAS a gestão do trabalho tem sido cada vez mais fortalecida,
1687 seja pela regulamentação das normas, como a Lei Orgânica de Assistência Social atualizada, pelas
1688 Resoluções do Conselho Nacional, sendo a mais relevante a Norma Operacional Básica de Recursos
1689 Humanos, em função das crescentes demandas que se impõe para a execução com qualidade dos
1690 serviços socioassistenciais. Baseados nessa premissa o MDS vem empreendendo esforços cada vez
1691 maiores para concretização da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de
1692 Assistência Social destacando recentemente a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS e o
1693 Programa Nacional de Capacitação do SUAS. Nesse percurso ganha relevância esse processo de
1694 debate com os trabalhadores de nível médio e fundamental que contribuirá para tirar da invisibilidade
1695 as contribuições materializadas no trabalho social realizadas por diferentes ocupações profissionais
1696 integrantes das equipes de referência, conforme estabelecido pela Norma Operacional Básica de
1697 Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. As oficinas regionais serão coordenadas
1698 pelo MDS e realizadas no período de agosto a novembro de 2013. Seu objetivo é identificar, coletar e
1699 sistematizar informações relativas às atribuições e atividades desempenhadas, ou seja, as
1700 capacidades, competências e atitudes requerida de trabalhadores alocados nas diferentes ocupações
1701 de nível médio e fundamental no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, seja nas funções de
1702 apoio a gestão, de provimento do serviço e benefícios e do exercício do controle social. Todo esse
1703 debate e sistematização propiciarão ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o
1704 desenvolvimento de várias agendas em prol da valorização dos trabalhadores do Sistema Único de
1705 Assistência Social e também qualificará o processo de tomada de decisão do Conselho Nacional de
1706 Assistência Social quanto ao reconhecimento das ocupações de nível médio e fundamental do Sistema
1707 Único de Assistência Social essenciais a sua efetivação. José Crus esclarece que cada oficina terá um
1708 público de cerca de seis a 120 participantes tendo em vista a metodologia estabelecida para essas
1709 oficinas regionais conforme amostra por ocupação feita pela equipe da vigilância socioassistencial, de

1710 *acordo com o Censo SUAS, para a indicação de representação dos trabalhadores de nível médio e*
1711 *fundamental com vínculo formal, celetista ou estatutário, integrante da rede socioassistencial dos*
1712 *estados e das regiões. Consta como anexo dessa Memória o calendário, a programação e a*
1713 *metodologia das referidas oficinas.” Observou que não faria a leitura de programação e da*
1714 *metodologia, colocando como anexo na Memória para conhecimento: “A representação dos*
1715 *trabalhadores no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social estará acompanhando e*
1716 *participação das oficinas regionais. Encaminhamentos: solicitar ao Ministério do Desenvolvimento*
1717 *Social que divulgue em seu site as formas de inscrição dos trabalhadores de nível médio e*
1718 *fundamental e o local das oficinas regionais. Item 3 - Definição da pauta do mês de setembro.*
1719 *Encaminhamento: 3.1) revisão e monitoramento do Plano de Ação da Comissão de Política; 3.2)*
1720 *apresentação dos diagnósticos e lacunas relacionadas as Resoluções 33, 34 e 35. Para este ponto de*
1721 *pauta nós vamos contar com o trabalho feito, realizado, conforme deliberado neste Pleno o*
1722 *diagnóstico será apresentado pela Conselheira Jane Clemente e Conselheira Márcia Rocha. José Crus,*
1723 *Coordenador da Comissão de Política.” No item 1, a Conselheira Aldenora observou que o Norte*
1724 *ficava prejudicado, com a regionalização tendo que incluir o todo, com o Conselheiro José da Crus*
1725 *destacando que isso não aconteceria, discorrendo sobre a situação da Região Norte. A Conselheira*
1726 *Dóris falou sobre a questão, ponderando não ter sentido que a regionalização fosse para os*
1727 *municípios que não tinham demanda própria, discorrendo sobre as especificidades dos estados,*
1728 *principalmente da Região Norte. Sugeriu colocar esse item como eixo da Conferência, considerando*
1729 *sua importância e que o mesmo fosse analisado para que os conselheiros se apropriassem do tema*
1730 *até a Conferência. O Conselheiro Fábio encontrou importante que a Coordenadora Substituta fosse a*
1731 *Conselheira Graça Prola, que era do estado do Amazonas e conhecia a realidade do Norte, não*
1732 *acatando nenhuma proposta desfavorável à essa região, ademais de concordar com a Conselheira*
1733 *Dóris sobre sua colocação a respeito da função do estado na Proteção Social. A Conselheira Aldenora*
1734 *manifestou-se contemplada com a fala do Conselheiro José da Crus, sugerindo alteração do texto, de*
1735 *“Nesses casos dever haver necessidade da implantação de CREAS.” para “Nesses casos deve ser*
1736 *garantido a implantação de CREAS.” A Conselheira Marisa parabenizou o Coordenador e a Comissão*
1737 *por trazer no âmbito da sua Comissão essa discussão importante e complexa na gestão do SUAS e no*
1738 *aprimoramento do Sistema. Discorreu sobre o desafio que apresentava para os gestores municipais*
1739 *para entender a realidade dos municípios, cuja maioria era de pequeno porte. Que ao pautar na*
1740 *Comissão de Política a proposta da regionalização do SUAS após a pactuação da CIT, considerava ser*
1741 *grande a contribuição do CNAS e da Comissão, inclusive sugerindo a revisão da proposta, haja vista*
1742 *que o CONGEMAS não concordava totalmente com a mesma, discorrendo sobre a situação. Observou*
1743 *outro encaminhamento de pauta que considerava importante, assumindo o debate da regionalização*
1744 *no Conselho e na Comissão, após a pactuação do âmbito da CIT , arrazoando sobre essa questão e*
1745 *relatando a agenda que teria que cumprir. Parabenizou a comissão por trazer essa importante*
1746 *discussão, com o CNAS contribuindo para resolver esse problema da questão da regionalização desses*
1747 *serviços de Média e Alta Complexidade. O Conselheiro José Ferreira da Crus falou sobre a*
1748 *apresentação desse tema, suscitando o debate no Conselho, e cooperando com o processo da*
1749 *regionalização. Encontravam que estavam avançando na gestão compartilhada no Sistema Único de*

1750 Assistência Social, com essa memória tentando traduzir a riqueza do debate e com a participação do
1751 Conselheiro José Araújo na CIT permitindo o acompanhamento dessa discussão nessa Comissão. O
1752 Conselheiro Ademar destacou a necessidade de maior reflexão sobre o tema da regionalização,
1753 discorrendo sobre recursos humanos e a questão do financiamento. Discorreu sobre o papel
1754 desempenhado pela Assistência Social nas áreas rurais, arrazoando sobre os pequenos municípios e
1755 as características regionais. Observou que se falava que o CRAS de alguma maneira definia o seu
1756 território de ação, indagando como é que isso se somaria com outras políticas de desenvolvimento
1757 territorial, destacando o papel que o Acre havia exercido como precursor de pensar em processos
1758 territoriais de garantia dos povos da floresta, sugerindo que o tema entrasse em uma pauta de
1759 reflexão sobre a regionalização. No item 2, metodologia das oficinas regionais pactuadas com os
1760 estado, o Conselheiro José Ferreira da Crus convidou a Conselheira Doris e o Conselheiro Araújo, que
1761 eram de Curitiba, para participarem da bancada dos trabalhadores nessa oficina. O Conselheiro José
1762 Araujo agradecendo o convite, considerava importante a presença dos Conselheiros locais nessa
1763 oficina. A Presidenta indagou se havia alguma observação no item 3, definição da pauta do mês de
1764 setembro. Citou a questão que estava na Comissão de Política e vindo para o Pleno, sobre a posição
1765 com relação ao Sistema Nacional de Participação Popular e ao Compromisso Nacional Pela
1766 Participação Popular, o que deveria ser resolvido, considerando que o prazo era 6 de setembro. O
1767 Conselheiro José Ferreira da Crus sugeriu que poderia recortar da gravação ou os Conselheiros se
1768 comprometiam a enviar as sugestões, haja vista que não poderiam levar o tema para a próxima
1769 reunião da Comissão de Política, com a Presidenta concordando com a colocação de sugestões pelos
1770 Conselheiros. Em não havendo mais nenhuma colocação, a Presidenta considerou aprovada a pauta.
1771 O Conselheiro José Ferreira da Crus registrou a importância da Coordenadora Adjunta, Conselheira
1772 Graça Prola, assim como aos demais membros da Comissão pelo debate acontecido. **Item Relato da**
1773 **Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social**, pela Conselheira Margareth:
1774 *“Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, agosto 2013, Reunião 07/2013.”*
1775 *“Horário de 09h às 16h, local...”* Agora foi. *“CNAS sala 115 do anexo do bloco F. Conselheiros e*
1776 *Conselheiras presentes: Margareth Alves Dallaruvera, Coordenadora; Aldenora Gomes González,*
1777 *Coordenadora Adjunta; Solange Teixeira; José Araújo da Silva; Luziele Maria de Souza Tapajós; Maria*
1778 *Lúcia Nogueira Linhares Marquim. Conselheiros com ausência justificada: Carlos Rogério de Carvalho*
1779 *Nunes, Fátima Aparecida Rampin. Secretária-Executiva: Liliane Neves, Coordenadora Técnica; Celda*
1780 *Chaves, Lilian Guedes, Josué da Silva Santos. Memória da Reunião. 1 - apreciar o documento*
1781 *Orientações Sobre o Processo de Escolha dos Representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de*
1782 *Assistência Social. A Comissão apreciou e fez as considerações necessárias ao documento elaborado*
1783 *pela Secretária-Executiva, as orientações que ainda passarão por debates junto à Comissão de*
1784 *Normas tem a intenção de contribuir e melhores resultados dos processos de eleição dos*
1785 *representantes da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social. A Comissão preocupou-se em*
1786 *resgatar o processo histórico da Política de Assistência Social, reafirmar conceitos e imprimir*
1787 *expectativas para efetivar esse processo participativo e democrático no campo do controle social do*
1788 *SUAS. O documento também apresenta conceitos básicos e reúne os procedimentos necessários para*
1789 *a realização do processo de eleição, além de Resoluções do CNAS que regulamentam a participação*

1790 dos três segmentos representantes da sociedade civil nos espaços do controle social do SUAS acrescido
1791 de deliberações nas Conferências de Assistência Social. Trata ainda de elementos importante sobre o
1792 necessário debate a cerca do protagonismo dos usuários e organizações de usuários da Assistência
1793 Social no fortalecimento do SUAS e no seu controle social, assim como as representações dos
1794 trabalhadores e das entidades de Assistência Social trazendo questões que permeiam aspectos
1795 técnicos, políticos e éticos desta política de direitos. Encaminhamento: 1.1) enviar a Minuta do
1796 documento aos Conselheiros da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e da Comissão de
1797 Normas que será objeto de debate na reunião conjunta em setembro; 2) apreciação dos Planos de
1798 Ação das Comissões de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social elaborado
1799 pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS/DF. Apenas 10 Conselhos encaminharam os
1800 Planos ao Conselho Nacional de Assistência Social até a presente data, sendo Amazonas, Amapá,
1801 Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e
1802 Tocantins. Diante disto a Comissão avaliou se é necessário encaminhar o debate sobre o assunto para
1803 a reunião de setembro. Encaminhamentos: a Secretaria-Executiva dará continuidade aos contatos
1804 com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS/DF para que esses sejam enviados; 2.2) a
1805 Secretaria-Executiva fará análise prévia dos planos para apresentação na Comissão em setembro. 3)
1806 Informes; 3.1) a Conselheira Solange Teixeira informou que está em discussão na Secretaria Nacional
1807 de Renda e Cidadania, SENARC, a elaboração de um normativo que definirá questões relacionadas
1808 com o controle social, especificamente para os Conselhos de Assistência Social serem instâncias do
1809 controle social do Programa Bolsa Família, PBF. Ressalta ainda a necessidade de orientar aos
1810 Conselhos a cerca da determinação legal que se organizarem para criar, caso ainda não tenha, uma
1811 Comissão específica e intersetorial à Assistência Social, saúde e educação, para acompanhar as
1812 condicionalidades do Programa Bolsa Família; 3.2) a Conselheira Aldenora informou sobre sua
1813 participação nas Conferências Municipais de Boa Vista e Palmas. Em Boa Vista aconteceram três pré-
1814 Conferências amplas e participativas. No dia da Conferência foi realizada uma Plenária da sociedade
1815 civil. Em Palmas, Tocantins, houve uma baixa participação de usuários, ou seja, não houve a
1816 participação dos principais interessados na Política de Assistência Social que são os usuários; 3.3) a
1817 Conselheira Margareth Dallaruvera informou que participou da Conferência de Florianópolis e
1818 Teresina e um dos temas que foram debatidos foi a necessidade da presença de intérprete de Libras
1819 nos Centro de Referência de Assistência Social, CRAS. Alguns até defenderam que tenha um CRAS de
1820 referência para pessoas com deficiência, esse foi um tema polêmico e esta última proposta foi
1821 rejeitada, tendo em vista que há garantia de inclusão das pessoas com deficiência em todos os
1822 espaços. 3.4) a Presidência do CNAS informou que na próxima reunião a Coordenadora Técnica de
1823 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, Liliane Neves, não estará mais como servidora
1824 do Conselho Nacional de Assistência Social, a mesma foi aprovada em concurso público para a
1825 Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, sua terra natal, e ainda ressaltou que pela
1826 qualidade dos trabalhos realizados no CNAS e sua exímia atuação profissional a Secretaria Nacional
1827 de Assistência Social solicitará à Prefeitura de Belo Horizonte e sua seção para que esta assuma a
1828 Coordenação-Geral do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Departamento de
1829 Proteção Social Básica da SNAS/MDS. Os Conselheiros manifestaram a importância desta profissional

1830 *na assessoria da Comissão ressaltando os seus trabalhos e conduta técnica, ética e política, no*
1831 *desempenho de suas tarefas ao tempo em que ressaltaram sua presteza em orientar e dar subsídios*
1832 *aos Conselheiros no desempenho de suas funções no CNAS. Para os Conselheiros da Comissão é uma*
1833 *perda, mas é imprescindível ressaltar a importância desta profissional alçar outros desafios*
1834 *profissionais, o que demonstra o reconhecimento de sua postura e competência no trato com o serviço*
1835 *público e seu compromisso e respeito com esta política pública. Por essa razão a Comissão decidiu*
1836 *apresentar ao Pleno uma nota de reconhecimento aos trabalhos prestados pela Coordenadora Liliane*
1837 *Neves, tendo em vista a importância do trabalho desenvolvido na Comissão e na Coordenação,*
1838 *reconhecendo sua capacidade técnica e ética, seu compromisso político e com a entrega à Assistência*
1839 *Social e com o controle social, assim como sua forma de conduzir a Coordenação. 3.5) a Coordenadora*
1840 *da Comissão, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, se despediu da Comissão porque no próximo*
1841 *mês assumirá a Coordenação de Comissão de Financiamento e Orçamento. Ressaltou a importância*
1842 *dos trabalhos desenvolvidos por esse grupo no primeiro ano dessa gestão e ainda ressaltou a*
1843 *importância desta Comissão para o fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social no controle*
1844 *social do SUAS. A Coordenação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos ficará a cargo da*
1845 *Conselheira Aldenora González. Pauta da reunião de setembro, horário: de 9h às 12h, 4.1) reunião*
1846 *conjunta com a Comissão de Normas da Assistência Social para discutir as orientações sobre o*
1847 *processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social.*
1848 *Horário: de 14h às 16h, 4.2) apreciação dos Planos de Ação das Comissões de Acompanhamento aos*
1849 *Conselhos Municipais de Assistência Social elaborado pelo CEAS e CAS/DF. 4.3) monitorar o Plano de*
1850 *Ação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Margareth Alves*
1851 *Dallaruvera, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.” A*
1852 *Conselheira Margareth agradeceu o trabalho realizado pela Coordenadora Liliane, desejando sucesso*
1853 *nas novas atividades. A Presidenta solicitou que os Conselheiros da Comissão de Acompanhamento*
1854 *aos Conselhos se manifestassem sobre a próxima mudança de Coordenadora Técnica da Comissão de*
1855 *Acompanhamento aos Conselhos, com a Conselheira Aldenora, o Conselheiro José Araújo, a*
1856 *Conselheira Maria Lúcia, a Conselheira Léa Lúcia e o Conselheiro Edivaldo discorrendo sobre a*
1857 *importante participação da Sra. Liliane na Comissão, assim com a grande contribuição que havia dado*
1858 *aos seus membros. A Presidenta reconheceu o importante trabalho realizado pela Sra. Liliane,*
1859 *agradecendo sua contribuição durante todo o período que esteve nessa Comissão, falando sobre suas*
1860 *novas atividades e colocando o CNAS sempre à sua disposição. A Secretária-Executiva discorreu sobre*
1861 *a importante contribuição que a Sra. Liliane havia propiciado para a Secretaria-Executiva, ocupando o*
1862 *cargo de sua substituta e participando em todas as demais ações. Prosseguindo, a Conselheira Marisa*
1863 *solicitou esclarecimentos no item “Apreciação dos Planos de Ação das Comissões de*
1864 *Acompanhamentos aos Conselhos Municipais elaborados pelo CEAS e CAS. Apenas 10 Conselhos*
1865 *encaminharam os Planos.” Indagou se esses Planos viriam para a Comissão de acordo com a demanda*
1866 *ou todos os Conselhos teriam que mandar. A Presidenta esclareceu que haviam combinado com os*
1867 *Conselhos Estaduais que depois das Reuniões Regionais, eles mandariam o seu Plano a partir do*
1868 *trabalho que haviam realizado. Em não havendo mais nenhuma observação, a Presidenta considerou*
1869 *aprovado o Relato da Memória da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Solicitou ao GT de*

1870 Monitoramento que aguardasse para uma reunião, citando o Conselheiro Ademar, Conselheiro
1871 Marcílio, Conselheira Aldenora, Conselheira Cláudia, Conselheira Maria Lúcia e a Presidenta,
1872 agradecendo a presença dos demais Conselheiros. **ENCERRAMENTO**. Nada mais havendo a tratar, a
1873 Presidenta agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os
1874 debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer
1875 parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de de de dois mil e treze.
1876